



Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD

ELDILANE MOURA TAVARES VETTORATO

**TEXTOS POLÍTICOS:
ESTRATÉGIAS DE PERSUASÃO**

Brasília - DF
2006

ELDILANE MOURA TAVARES VETTORATO

**TEXTOS POLÍTICOS:
ESTRATÉGIAS DE PERSUAÇÃO**

Monografia apresentada ao Centro Universitário de Brasília (UNICEUB/ICPD), como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Língua Portuguesa, Texto e Discurso.

Orientadora: Professora M.Sc. Maria Aparecida Silva de Abreu.

**Brasília - DF
2006**

A Deus, que sempre guia os meus caminhos e inspira minhas ações.

A meus pais Álvaro e Elda que, com amor maior, me ensinaram buscar a independência, a praticar o bem e acreditar que a moral, a verdade e a ética sempre valem a pena.

A meu companheiro e amigo Emilio, por todo amor, cumplicidade e compreensão.

À Ministra Mariza, por todo amor, carinho, incentivo e orações que me foram dedicadas.

*Agradeço à Professora Maria Aparecida
pelo apoio e estímulo ao estudo e à pesquisa e por toda a ajuda durante a caminhada.*

Nós nos transformamos naquilo que praticamos com frequência.

A perfeição, portanto, não é um ato isolado. É um hábito.

(Aristóteles)

RESUMO

Este trabalho encontra-se fundamentalmente baseado em teorias defendidas por estudiosos da Análise do Discurso e por teorias de estudiosos sobre a metáfora que, a partir de 1970, sofreram uma marcante mudança paradigmática, o que levou a uma reformulação profunda na maneira de se concebê-la e quando passou a ser considerada objeto de estudo das ciências da linguagem e da psicologia cognitiva. O presente estudo pretende demonstrar que a metáfora deixou de ser considerada apenas como fenômeno lingüístico encontrados somente na linguagem poética e literária, tendo-se reconhecido que o seu uso pode ser encontrado nas mais variadas áreas do conhecimento humano, seja no histórico, científico e social e principalmente no campo político como mecanismo na construção de sentidos de textos políticos de Parlamentares brasileiros. Pretende-se demonstrar ainda que variadas formas de expressões populares podem, como as metáforas, muito mais do que se imagina, serem utilizadas em textos políticos como instrumentos que constroem a direção argumentativa, o estilo, a ênfase e o sentido de textos como práticas de persuasão. Busca-se mostrar também que a recorrente utilização desses recursos lingüísticos é feita como forma de convencimento para manutenção e perpetuação do poder pelas classes políticas dominantes no país.

Palavras-chave:

Textos políticos; persuasão; metáforas; expressões populares.

ABSTRACT

This work is basically established in theories defended for studios of the Discourse Analysis and also for theories of studios on the metaphor that, from 1970, had suffered a great change and caused a deep modification in the way of thinking it and when passed to be considered an object of sciences of the language and the psychology of knowing. The present study intends to demonstrate that metaphor left of being considered only as a linguistic phenomenon found in the poetical and literary language, having itself recognized that its use can be found in the most varied areas of the human knowledge such as historical, in science, social and mainly in the politician field as mechanism of construction in the politicians texts of Brazilian Parliamentarians. This work also intends to demonstrate despite varied forms of popular expressions can, as the metaphor, much more than can be imagined, be used in politicians texts as instruments that construct the direction of the argumentation, the style, the emphasis and the direction of texts as practical of persuasion. This study intends also show that the recurrent use of these linguistic resources is made as form of convincement for maintenance and perpetuation of the power for the dominant political classes in the country.

Key words:

Political texts; convincement; metaphors; popular expressions

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	INTRODUÇÃO	01
CAPÍTULO 2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	07
	2.1 Teorias gerais de Análise do Discurso	07
	2.2 Metáforas	15
	2.3 Expressões populares	24
	2.4 Construção dos sentidos	27
	2.5 Argumentação e estratégias de persuasão no discurso político	30
CAPÍTULO 3	ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	39
	3.1 O discurso do Senador Mão Santa	39
	3.2 O discurso do Senador Antônio Carlos Magalhães	51
	3.3 Considerações sobre os discursos dos Senadores Mão Santa e Antônio Carlos Magalhães	58
CAPÍTULO 4	CONCLUSÃO	61
REFERÊNCIAS		63
ANEXOS		67
	ANEXO 1: Discurso do Senador Mão Santa	68
	ANEXO 2: Discurso do Senador Antônio Carlos Magalhães	73

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende demonstrar o uso de metáforas e de variadas formas de expressões populares, metafóricas ou não, e de outras expressões que podem ser encontradas em dois textos políticos produzidos no Senado Federal como estratégias lingüísticas de persuasão, eleitos como *corpus* desta pesquisa. Os textos são, especificamente, um do Senador Antônio Carlos Magalhães, proferido em 30 de janeiro de 2006 e, o outro, pelo Senador Mão Santa, em 02 de dezembro de 2005. Embora saibamos que a linguagem escrita seja sempre mais formal, com freqüência são utilizados recursos associados à linguagem oral com o intuito de aproximação e persuasão maior do ouvinte/leitor.

A Lingüística Textual, a Pragmática, a Semântica Discursiva e a Análise do Discurso vêm-se dedicando ao estudo do funcionamento da linguagem nos processos comunicativos concretos. A lingüística, até recentemente, não se importava com o estudo da metáfora, classificando-a como uma “mera figura de linguagem” (PONTES, 1990, p. 36). Há lingüistas, no entanto, sobretudo a partir de 1980, que têm enfrentado seriamente o estudo da linguagem sob uma nova perspectiva que inclui a metáfora e a língua oral das narrativas espontâneas.

Nos últimos anos, no entanto, sociolingüistas, pragmaticistas, analistas do discurso e estudiosos de outras áreas da Lingüística vêm se dedicando ao estudo da língua oral e sua interferência na escrita. Alguns estudos que visam a uma gramática da fala já estão em andamento e há a necessidade de diminuir-se o fosso entre a língua coloquial e a literária. Entre elas, existem muito mais semelhanças do que se pensa. A língua coloquial é repleta de metáforas e a transposição das metáforas do dia-a-dia para a linguagem escrita carrega consigo sua carga de oralidade. No caso da Análise do Discurso e da Semântica Discursiva,

tanto na linguagem oral quanto na escrita são vistas como agentes na proliferação de discursos de todos os tipos e as metáforas são usadas também com esse intuito.

Com base em leituras de textos de estudiosos do assunto, busca-se, neste trabalho, apontar para o fato de que o emprego recorrente de metáforas em textos políticos influencia direta ou indiretamente na reafirmação e na construção de uma prática social de dominação por parte dos Parlamentares. Para isso, é feita aqui, a análise de algumas metáforas e expressões populares, além de outras expressões – como, por exemplo, as latinas –, encontradas freqüentemente em textos políticos produzidos no âmbito do Senado Federal. A força argumentativa desses fatos de linguagem exerce um papel importante na estruturação de pensamentos. Expressões populares e metáforas servem para iluminar certos aspectos do texto e esconder outros, com a finalidade de manter e perpetuar o poder político constituído e suas práticas de dominação em nossa sociedade. Além disso, o uso recorrente de tais recursos indica, entre outras coisas, a tentativa de aproximação do discurso político do discurso popular.

Conforme a formação discursiva e ideológica dos autores é que se pode compreender de maneira mais abrangente os textos, construindo os sentidos de modo a abarcar todo o contexto que envolve sua produção e sua leitura. Isso acontece não só na política, mas também em todas as outras áreas de ação e interação social (cf. KOCH, 2000), como a acadêmica, a científica, a religiosa. É o que ocorre entre gramáticos e estudiosos da língua portuguesa, e até mesmo socialmente, quanto a se conferir à língua escrita um *status* mais elevado do que à sua modalidade oral.

Dado isso, pretende-se ainda neste estudo demonstrar como expressões populares – de caráter metafórico ou não – têm sido amplamente utilizadas nos discursos dos Parlamentares brasileiros e que deles fazem parte quotidianamente, reforçando sua construção e conferindo-lhes uma força significativa muito mais intensa. O fato de esse uso aproximar a

linguagem do parlamentar da fala do povo é preponderante, pois faz com que se aproximem também, por meio dessa força significativa, suas identidades. Isso serve para convencer o povo de verdades que nem sempre são as melhores para ele. Neste trabalho, procura-se ainda demonstrar que a transposição desse tipo de estrutura da linguagem oral informal para a escrita formal pelos políticos serve como instrumento de aproximação entre eles – elite dominante – e os eleitores – pessoas simples do povo. Isso é feito no intuito de diminuir a distância existente na comunicação entre os dois grupos e para maior persuasão e dominação dos primeiros em relação aos segundos.

Com base nos estudos de Lakoff e Johnson (2002), Pontes (1990), Filipak (1983), e de outros especialistas sobre metáforas, seu trazimento à realidade quotidiana e sua utilização em textos de natureza política, busca-se demonstrar que a utilização de metáforas, bem como de outras formas lingüísticas, vêm se instalar nas relações sociais dos mais variados tipos, e se manifestam a todo o momento na estruturação do sistema conceitual comum aos membros de uma cultura. Ainda servirão de base a fundamentar este trabalho as obras de renomados autores como Koch (2004), Orlandi (2005), Osakabe (1999), Fairclough (2001), Bakhtin (1992), Ducrot (1978), entre outros filósofos, lingüistas e analistas do discurso. Este trabalho não tem a finalidade de criticar essa ou aquela postura política, mas, sim, dentro de uma abordagem lingüístico-discursiva – considerando as formações discursivas e ideológicas dos autores –, trazer à tona as bases que se vão formando na elaboração de conceitos, sejam eles abstratos ou concretos.

Como exemplo maior a facilitar a compreensão deste estudo, toma-se a metáfora “Discussão é Guerra”, proposta por Lakoff e Johnson (2002, p. 47). Os autores demonstram que, partindo dessa metáfora, toda discussão seria estruturada em termos de guerra e que, desse modo, as metáforas criam realidades e passam a ser reais para a cultura que as adota. Metáforas têm o poder de criar novas realidades e quando as acolhemos em nosso sistema de

conceitos, elas se tornam reais para nós. Esse conceito está também internalizado na vida política. Os textos políticos desejam ir além do que dizem, do que fica na superfície das evidências e se utilizam desse artifício para continuarem a exercer seu papel de persuasão e para perpetuar a dominação. Esse desejo e busca lhes são peculiares.

Esta pesquisa é de cunho documental e bibliográfico, dada a própria natureza de seu objeto – a linguagem – e tem em vista os parâmetros de objetividade, clareza e concisão, ainda que, tratando-se de linguagem, isso nem sempre seja possível. Para tanto, o trabalho é desenvolvido, fundamentalmente, pelos seguintes passos: pesquisa bibliográfica nos livros citados na fundamentação teórica, pelos motivos já expostos; busca, coleta e análise de dois textos políticos produzidos no âmbito do Senado Federal e considerados representativos dos mecanismos lingüísticos que se deseja enfatizar aqui; identificação de metáforas e de expressões populares utilizadas nesses textos; análise e interpretação dessas metáforas e das expressões populares selecionadas, de acordo com a fundamentação teórica efetivada a partir da pesquisa bibliográfica e conforme as questões de pesquisa e objetivos estipulados.

O *corpus* se constitui de dois textos. Um do Senador Antônio Carlos Magalhães – do PFL-BA –, comunicado da tribuna do Senado Federal em 30 de janeiro de 2006. No texto, o Senador critica a majoração do salário mínimo. O outro texto é do Senador Mão Santa – PMDB-PI –, também proferido na tribuna do Senado Federal, em 02 de dezembro de 2005, sobre a greve nas universidades federais. Esses textos foram colhidos e selecionados na página do Senado Federal, na Internet, havendo, para que fosse feita a escolha, um levantamento parcial de metáforas e expressões populares contidas neles para verificar sua representatividade em relação ao que se deseja mostrar.

A escolha do presente *corpus* e do tema deste trabalho faz-se em função do exercício – por esta pesquisadora – do cargo de Analista Legislativo do Senado Federal, área de Taquigrafia, o que permite uma observação quotidiana, ao vivo, da atuação dos

Parlamentares do Senado e, principalmente, do uso recorrente que os senadores fazem de metáforas e das mais variadas formas de expressões, dos mecanismos de construção de sentidos no discurso de cada um deles, suas estratégias de convencimento, poder de argumentação e de persuasão. Tornou-se um desafio descobrir os mecanismos de persuasão, manipulação e ocultação da verdade por meio de recursos lingüísticos.

O **objetivo geral** do presente trabalho é, então, investigar, numa perspectiva da significação, os efeitos de sentidos das metáforas e expressões populares nos textos políticos dos dois Parlamentares do Senado Federal e que conferem a esses textos um poder de persuasão capaz de construir e manter uma reiterada prática de dominação por parte da elite política do Brasil. Os **objetivos específicos** são: mostrar, por meio de análise e interpretação, a carga significativa e o potencial persuasivo de metáforas e expressões populares encontradas nos textos políticos produzidos pelos Senadores Antônio Carlos Magalhães e Mão Santa; e que a inclusão dessas metáforas e de expressões populares nos textos políticos pode influenciar a formação do pensamento de indivíduos de diferentes classes sociais, configurando-se como uma prática constante de dominação. Busca-se, para atingir tais objetivos, responder às seguintes **questões de pesquisa**:

1. Como se constrói a carga significativa e, por conseguinte, a persuasão por meio das metáforas e expressões populares em textos políticos de parlamentares brasileiros produzidos no âmbito do Senado Federal?
2. De que maneira o uso de metáforas e expressões populares em textos políticos contribuem para a construção e a manutenção de uma prática social de dominação das mais variadas classes sociais brasileiras?

Este trabalho se divide em quatro capítulos. O Capítulo 1 é esta introdução, que tem como objetivo dar uma amostra de como a presente pesquisa se desenvolve, as observações nela feitas sobre o uso de metáforas e expressões populares nos textos políticos

escolhidos, as teorias norteadoras do estudo ora realizado e de como se pretende responder às questões de pesquisa levantadas e de que maneira elas podem contribuir para uma melhor compreensão dos fenômenos lingüísticos metáfora e expressões populares como instrumentos de persuasão política. No Capítulo 2, temos a fundamentação teórica, onde se expõe sobre estudos da Análise do Discurso, sobre a metáfora, sobre as expressões populares, a construção dos sentidos e a importância da argumentação no discurso político, com a utilização de metáforas e expressões populares, na construção dos sentidos dos textos analisados. O Capítulo 3 trata das estratégias de persuasão em textos políticos e é onde se encontra a análise dos textos políticos dos Senadores Mão Santa e Antônio Carlos Magalhães. Há ainda breves considerações acerca dos textos políticos analisados. No Capítulo 4, encontra-se a conclusão do presente trabalho, com considerações gerais sobre a análise feita.

Dadas todas essas circunstâncias, um trabalho de pesquisa sobre esta temática, que seja baseado na Análise do Discurso e na Semântica Discursiva, como é o caso deste, pode trazer importantes subsídios aos profissionais que procedem à revisão e à análise de textos políticos, sobretudo àquelas pessoas que se interessam pela construção dos sentidos nada inocente e que vai muito além do uso aparentemente despretensioso de metáforas e de expressões populares nos textos políticos produzidos pelos parlamentares brasileiros.

CAPÍTULO 2

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este trabalho não se propõe a uma tarefa de conceituação ou investigação pormenorizada dos discursos em geral, mas, sim, ao levantamento das condições de produção dos textos políticos apontados e a utilização de metáforas e expressões populares dentro deles. Para isso, é preciso situá-lo dentro das normas definidoras do discurso em geral a fim de que possamos melhor desenvolvê-lo. No entanto, o faremos *en passant* com o intuito de não extrapolarmos a linha de raciocínio de nossa pesquisa centrada principalmente na ocorrência do fenômeno lingüístico metáfora e na utilização de algumas expressões populares e outras expressões em textos políticos produzidos na esfera do Senado Federal. Todavia, antes de adentrar no assunto a que se dedica este trabalho não se poderia furtar a um breve relato de algumas teorias lingüísticas, tanto de estudiosos da linguagem como de disciplinas afins que são de fundamental importância na análise do discurso.

Desse modo, este capítulo trata das teorias que fundamentam a análise do *corpus* deste trabalho e se divide em cinco seções que pretendem abranger todo o assunto tratado aqui. São elas: Teorias gerais de Análise do Discurso; Metáforas; Expressões populares; Construção dos sentidos, Argumentação e estratégias de persuasão no discurso político.

2.1 Teorias Gerais de Análise do Discurso

As primeiras abordagens de análise do discurso começam a se esboçar teoricamente quando lingüistas na Grã-Bretanha desenvolveram uma lingüística crítica combinando teorias de análise textual da “lingüística sistêmica” (Halliday, 1978) e teorias de ideologia, bem como com o surgimento das teorias de vários lingüistas como Gramsci, Louis Althusser, Michel Foucault, Habermas e Giddens. (FAIRCLOUGH, 2001). Todavia, a

expressão análise do discurso somente veio a surgir no início da década de 1950, com o livro do americano Zelig S. Harris – **Discourse Analysis Reprints** – em que o autor aplica as categorias de análise da palavra à frase. Os anos 50 foram decisivos para a constituição da Análise do Discurso (doravante AD) como disciplina. Nesta fase, ocorre também a contribuição da sociolingüística, com Labov e outros autores que entendem que a língua deve ser observada de acordo com seu uso por etnias e grupos sociais (FAIRCLOUGH, 2001). Ainda segundo o autor “cada enunciado é um elo na cadeia de comunicação”.

Com o surgimento da pragmática, por sua vez, o estudo do discurso e o da argumentação passou a ocupar um lugar central nas pesquisas sobre a linguagem. Segundo Koch (1998) “Essa preocupação teve início no momento em que se passou a incorporar a enunciação ao estudo dos enunciados lingüísticos, o que deu origem à Teoria da Enunciação”.

A obra de Mikhail Bakhtin (1929) é considerada como o discurso fundador da AD de linha francesa, todavia a sua autoria é atribuída a Voloshinov. Essa obra só foi chegar ao Ocidente no final de 1950, e foi editada na Inglaterra em 1973, causando uma revolução nos estudos lingüísticos. Finalmente, chega ao Brasil através de uma tradução em espanhol, editada na Argentina, em 1976, sob o título *Marxismo e filosofia da linguagem*. Deve-se a Bakhtin (1976 e outros) algumas das concepções básicas que se manifestam na construção da Análise do Discurso. Entre elas, a visão do signo como uma realidade dialética e dialógica, em que o signo resulta não apenas de várias faces solidárias, que se compõem dialeticamente na sua formação.

De acordo com BAKHTIN (1976, p. 46), “O ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata (...)”. Diz ainda Bakhtin:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através de *enunciação* ou *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. (BAKHTIN, 1976, p. 123).

Para Brandão (2004, p. 9-10), Bakhtin parte do princípio de que a língua é um fato social cuja existência se funda nas necessidades da comunicação e vê a língua como algo concreto, fruto da manifestação individual de cada falante. Para Bakhtin (op. cit.), a interação verbal passa a se constituir em uma realidade fundamental da língua e a palavra é o signo ideológico por excelência e, por isso, é lugar privilegiado para as manifestações ideológicas refletindo e refratando as diversas formas de significar a realidade, segundo os pontos de vistas daqueles que as empregam. Dialógico por natureza, o texto se transforma em arena de luta de vozes que querem ser ouvidas por outras vozes.

De acordo com Maingueneau (1987), a chamada “escola francesa de Análise do Discurso” filia-se a certa tradição intelectual européia (sobretudo da França) de unir reflexão sobre texto e sobre história. Nos anos sessenta, intelectuais franceses reuniram-se em uma reflexão sobre a “escritura”, fazendo uma articulação entre a lingüística, o marxismo e a psicanálise. Inscreveu-se sob um quadro que reunia o lingüístico com o social e viu seu campo se estender para outras áreas do conhecimento, provocando uma verdadeira proliferação dos usos da expressão “análise do discurso”. Inicialmente, a AD definiu seu campo de atuação em discursos políticos de esquerda e textos impressos. No entanto, surge a necessidade de delimitar melhor seu campo de atuação, definido até aquele momento como o estudo lingüístico das condições de produção de um enunciado. A Análise do Discurso se apóia nos conceitos e métodos da Lingüística formando um quadro teórico que reúne o lingüístico e o sócio-histórico em que dois conceitos tornam-se centrais: o de ideologia e o de discurso. As duas grandes correntes que influenciaram a AD foram, do lado da ideologia, os conceitos de Althusser e, do lado do discurso, as idéias de Foucault. E, sobre o trabalho desses dois teóricos é que Michel Pêcheux, um dos estudiosos mais profícuos da AD, elabora seus conceitos.

É importante que se faça também no presente trabalho uma breve abordagem sobre o tema ideologia, uma vez que esse conceito serve de subsídio ao desenvolvimento e à compreensão da análise dos textos objeto do presente estudo. Tem-se em conta, aqui, que os textos políticos em geral, pela sua própria natureza, constituem-se elementos de perpetuação de ideologias e de práticas de dominação pela classe dominante em nosso País e que tais práticas são exercidas todos os dias por aqueles que se elegem como representantes do povo brasileiro.

O termo “ideologia”, criado pelo filósofo Destutt de Tracy em 1810, na obra **Elements de idéologie**, nasceu como sinônimo de uma atividade científica que procurava analisar a faculdade de pensar e era entendida como uma “ciência positiva do espírito”. Todavia, com Napoleão, que qualifica os ideólogos franceses de “abstratos, nebulosos, idealistas e perigosos (para o poder) por causa do seu desconhecimento dos problemas concretos” (REBOUL, 1980, p.17), o termo passa a ter um sentido pejorativo e a ideologia passa a ser vista como uma doutrina irrealista, sectária, sem fundamento e perigosa para a ordem estabelecida.

Em Marx e Engels (BRANDÃO, 1998) encontra-se também parece haver uma carga semântica de algum modo negativa para o termo ideologia. Esses autores condenam a forma abstrata e ideológica de pensar dos filósofos alemães e identificam a ideologia com a separação que se faz entre a produção das idéias e as condições sociais e históricas em que elas são produzidas. A separação entre “trabalho intelectual” e “trabalho material” dá uma aparente autonomia ao primeiro que, prevalecendo sobre o segundo, passa a ser a expressão das idéias da classe dominante. Para a concepção marxista, a ideologia é um instrumento de dominação de classe, porque a classe dominante faz com que suas idéias pareçam ser idéias de todos, que acabam acreditando nisso. Segundo Chauí, (apud BRANDÃO, 1998, p. 21), a ideologia a que Marx se refere é especificamente a ideologia da classe dominante. Segundo

Brandão (2004), é esse também o enfoque de Althusser, que, na linha marxista, para quem a ideologia interpela o indivíduo em sujeito, que manifesta não a sua própria voz, mas a voz da ideologia. A classe dominante, para esse autor, conta com os aparelhos ideológicos do Estado – como as instituições, por exemplo –, para fazer proliferar as ideologias e dar continuidade à dominação. Sobre Althusser, Brandão diz:

Em Ideologia e aparelhos ideológicos do estado (1970), Althusser afirma que, para manter sua dominação, a classe dominante gera mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração. É aí então que entra o papel do Estado que, através de seus Aparelhos Repressores – ARE – (compreendendo o Governo, a administração, o Exército, a polícia, os tribunais, as prisões, etc.) e Aparelhos Ideológicos – AIE – (compreendendo instituições tais como: a religião, a escola, família, o Direito, a política, o sindicato, a cultura, a informação), intervém ou pela repressão ou pela ideologia, tentando forçar a classe dominante a submeter-se às relações e condições de exploração (...). (BRANDÃO, 2004, p. 21-22).

É sob o enfoque dado por Marx – de que a ideologia é um mascaramento da realidade social pela indução ao erro, à mentira e à ilusão, com uma função específica de dominação, de exercício de autoridade, como exerce a classe dominante no Brasil –, que se desenvolve o presente trabalho na análise dos textos escolhidos. Retoma-se, no entanto, as diversas teorias de AD.

Este trabalho considera também a posição de Thompson (1995) a respeito da ideologia. Para Thompson (op. cit.) até hoje é comum a muitas pessoas pensar que o conceito de ideologia tem algo de negativo e que ideologia é uma coisa pejorativa. Nesse caso, quando se rotula o pensamento ou a postura de alguém de ideológicos, freqüentemente a pessoa que pensa dessa maneira já o está criticando, dizendo que aquela forma de pensar é algo ruim. Seguindo Orlandi (2005) e outros analistas do discurso, contrariamente a essa visão simplista de ideologia, considera-se, neste trabalho, que a ideologia permeia a linguagem e, por conseguinte, todos os atos e fatos humanos, sejam eles considerados bons ou ruins. Segundo Althusser (op. cit), inúmeros estudiosos da ideologia costumam entendê-la como sistemas de pensamento, de crenças ou simbólicos que permeiam as práticas sociais, inclusive, as práticas

políticas. Dessa maneira, falar em “prática política” e que a política é ideológica pode ser considerado até redundante, já que todas as práticas sociais são intrinsecamente políticas e ideológicas. É assim que se entende ideologia aqui.

Norman Fairclough (2001), com sua *Teoria Social do Discurso*, se propõe a examinar de maneira profunda não apenas o papel da linguagem na reprodução das práticas sociais e das ideologias, mas também seu papel fundamental na transformação social. Nesta linha de raciocínio é que também se busca, neste estudo, demonstrar que a utilização de metáforas e de expressões populares, além de, no caso das primeiras, fazerem parte da linguagem literária e poética, e das segundas, que carregam em si a oralidade e a informalidade como sua fonte originária de utilização, passam a ter dentro de um contexto mais delimitado, quer seja o do discurso político teórico ou militante, força de argumentação e persuasão notórias dentro das práticas sociais de dominação.

A abordagem feita por Fairclough (2001) não aceita que o sentido do discurso opere isoladamente do contexto social e, assim, a definição de discurso passa a estar ligada diretamente à prática social. O modelo de linguagem como atividade individual, dissociada das práticas sociais, é substituído pelo modelo de ação e de representação do mundo: “implica ser o discurso um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo, e especialmente sobre os outros, como também um modo de representação.” (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

Assim, a AD não é mais apenas uma análise imanente de textos, pois tem em conta que a interpretação de qualquer texto se faz a partir de informações colhidas (1) no contexto situacional (o ambiente físico e institucional em que o texto é produzido, circula e é consumido), (2) no contexto (outros textos situados fisicamente ao redor do texto ou de qualquer fragmento dele, antes, depois, de um dos lados, em cima ou em baixo), e (3) nos contextos das ordens de discursos ou interdiscursos (outros textos produzidos no mesmo

quadro institucional ou relativo à mesma área de conhecimento e afins, que são mobilizados intertextualmente na interpretação).

Em linhas gerais, tem-se que a Análise de Discurso procura compreender o discurso, considerando tanto a língua como a gramática, mas, sobretudo, procurando compreender a língua fazendo sentido dentro de um contexto social em que se encontra o homem falando, a sociedade, e a sua história. Orlandi a esse respeito:

(...) a Análise de Discurso não trabalha com a língua enquanto um sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos, seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade. (ORLANDI, 2005, p. 15-16).

Assim, na Análise de Discurso, ao contrário da Lingüística que considera a língua fechada em si mesma, trabalha-se com o discurso que é um objeto sócio-histórico em que o lingüístico intervém como pressuposto. Diz ainda Orlandi (2005, p.17), que considerando que “a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua”, a AD “trabalha a relação língua/discurso/ideologia”. A Análise de Discurso procura mostrar como o texto significa e que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação tête-à-tête, mas opaca, dispersa, polissêmica.

O discurso da sociedade não se origina unicamente em idéias e em crenças, mas em práticas sociais concretas, enraizadas. Como Fairclough (2001, p. 93) bem define, “a constituição discursiva da sociedade não emana de um livre jogo de idéias nas cabeças das pessoas, mas de uma prática social que está firmemente contida em estruturas sociais materiais, concretas, orientando-se para elas.”

Vê-se, neste ponto, que surge, ainda que hipoteticamente, um parâmetro entre a teoria social do discurso de Fairclough (op. cit.) e a teoria defendida por Lakoff e Johnson (op. cit.). Lakoff e Johnson defendem que a utilização de metáforas é um importante

instrumento do nosso aparato cognitivo e é essencial para a nossa compreensão do mundo, da nossa cultura e de nós mesmos. Para eles, nós somente temos experiências de uma boa parte do mundo por meio de metáforas e que elas desempenham um papel fundamental na linguagem cotidiana e no pensamento. Assim, em nosso sistema conceptual ordinário não só pensamos, mas também agimos metaforicamente, o que, via de consequência, influencia diretamente a nossa prática social quotidiana.

Há de se observar que a utilização de metáforas e/ou expressões populares na construção de um texto pode dar a esse mesmo texto uma força argumentativa muito forte. Muitas vezes o autor deseja imprimir certos significados em seu texto, mas busca fazê-lo de maneira implícita. Para isso, ele usa de determinados recursos lingüísticos – como os estudados aqui – , fazendo com que o sentidos que ele realmente quer gravar na mente do leitor estejam “atrás” do texto, ou seja, implícito.

É importante verificar as condições em que os textos foram produzidos. Isso, além de se ter em conta, na análise textual, os elementos básicos para sua formatação, tais como: vocabulário, coerência, coesão e estrutura textual. As condições de produção de um texto, tais como autor, o lugar de onde ele fala, sua autoridade para dizer o que diz, sua formação discursiva etc., indicam ao leitor a maneira de entender o texto. Estes nos levam à superfície do texto, enquanto os primeiros nos levam ao que há de mais profundo neles.

Na análise da prática discursiva – que envolve, como indicado, processos de produção, distribuição e consumo textual –, propõe-se que sejam analisados mais três itens: a força dos enunciados, a coerência e a intertextualidade. Esses sete itens constituem um quadro que compreende a noção dos efeitos constitutivos do discurso, já que “as pessoas fazem escolhas sobre o modelo e a estrutura de suas orações que resultam em escolhas sobre o significado (e a construção) de identidades sociais, relações sociais e conhecimento e crença”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 104).

Feitas essas breves considerações acerca das principais teorias de Análise de Discurso que servem de subsídio ao desenvolvimento da pesquisa, passa-se a uma abordagem sobre o tema objeto do presente trabalho que são as metáforas com enfoque principal na teoria desenvolvida por Lakoff e Johnson (2001), limitando-se principalmente ao estudo da força das metáforas e das expressões populares utilizadas nos textos políticos selecionados.

2.2 Metáforas

Nas aulas de literatura, aprendemos que uma metáfora é um recurso lingüístico usado para tornar interessante a linguagem ou a escrita. Entretanto, a metáfora não é propriedade exclusiva de poetas. Se observarmos textos científicos, jornalísticos, técnicos e mesmo a fala cotidiana, vamos encontrar enunciados metafóricos que nem sempre são percebidos como tais pelos interlocutores. Verifica-se que um dos problemas que se manifestam sempre que se pretende tratar da metáfora é sua definição enquanto fenômeno lingüístico. A maioria dos teóricos não deixa de fazer referência à retórica clássica que, desde os tempos de Aristóteles, aponta a metáfora como a rainha das figuras de linguagem. Filipak (1984) diz que a Retórica é a ciência nascida na Siracusa, atribuída a Empédocles, que norteava e regia a eloquência, a arte de influenciar, de persuadir pelo discurso, enfim, todos os usos da palavra pública.

O filósofo grego Aristóteles falava em metáfora tanto na Arte Retórica quanto na Arte Poética designando metáfora como toda sorte de transposições, tanto as que se inspiram nas relações de similaridade como nas de contigüidade. Na Retórica, Aristóteles “identifica a palavra imagem ou comparação com a metáfora (...). Assim, no próprio Aristóteles, encontramos a metáfora como a figura que tem um pé na Retórica e o outro na Poética, sob a chancela da lexis”. (FILIPAK, 1983, p. 8). Esse filósofo ilustra o tema com o exemplo de dois

atos que estariam diretamente relacionados entre si: o ato de "lançar a semente à terra", ou de semear, e o ato de o sol permitir que sua luz caia sobre a terra, ou "semear a luz divina".

Zanotto (1998) nos lembra as possibilidades de interpretação da metáfora, isto é, a indeterminação, que pode permitir significados diversos. A autora defende um ponto de vista a partir do conceito de metáfora como fenômeno cognitivo-social e indeterminado, adotando uma perspectiva contrastante com a visão objetivista, em uma demonstração de que está afinada com o novo paradigma, que considera metáfora como “operação cognitiva fundamental, constitutiva da linguagem e do pensamento” (ZANOTTO, 1998, p. 14)

Os dicionários tradicionais reforçam o senso comum sobre metáfora que também é reforçado pelos dicionários especializados em Lingüística. Câmara Júnior (2002, p.166) afirma que metáfora “é a figura de linguagem que consiste na transferência de um termo para um âmbito de significação que não é o seu”. Desse modo, o conceito de metáfora apresenta-se amplo, justificando a diversidade de enunciados de diferentes tipos que são ditos metafóricos. Embora o estudo das metáforas seja em geral considerado importante apenas em textos com função estética, como em poesia, desde o trabalho de Lakoff e Johnson (1980), começou-se a dar mais relevância ao seu papel estruturador do modo como pensamos, do modo como agimos e do modo como construímos nossos conhecimentos e crenças. Norman Fairclough comenta nesta linha de análise:

As metáforas penetram em todos os tipos de linguagem e em todos os tipos de texto, mesmo nos casos menos promissores, como os textos científicos e técnicos. Além disso, as metáforas não são apenas adornos estilísticos superficiais dos textos. Quando nós significamos coisas por meio de uma metáfora e não de outra, estamos construindo nossa realidade de uma maneira e não de outra. (...) Algumas metáforas estão tão profundamente naturalizadas no interior de uma cultura particular que as pessoas não apenas deixam de percebê-las na maior parte do tempo, como consideram extremamente difícil escapar delas em seus textos, pensamento ou ação, mesmo quando se chama atenção para isto. (FAIRCLOUGH, 2001, p.241).

Há de se observar que, em vários momentos de nossas vidas, recorremos a metáforas em interações rotineiras, o que as torna comuns, praticamente imperceptíveis, no

cotidiano da comunicação humana. O uso disseminado de metáforas talvez seja uma das explicações para o fato de não evidenciarmos sua presença significativa em nossas vidas. Muitas pessoas podem considerar as metáforas meras figuras decorativas, próprias de textos literários. Entretanto, os estudiosos que servirão de base de sustentação para a nossa pesquisa têm defendido que as metáforas integram o nosso sistema conceitual e podem até mesmo influenciar nossas ações e pensamentos. O distanciamento entre essas duas teorias sobre a função das metáforas, convida a ultrapassar a simples fronteira do tempo e do espaço para mergulhar em um universo que discute o poder da metáfora, que estaria presente na vida da maioria das pessoas e, no caso do presente trabalho, a sua presença nos textos políticos de uma maneira em geral e, em especial, nos textos políticos a que vamos nos dedicar.

Como dissemos anteriormente, o conceito de metáfora é discutido desde a Grécia Antiga, tendo despertado a atenção de pensadores como Aristóteles e Platão. Por 23 séculos, a metáfora foi concebida a partir de uma visão objetivista ou, em outras palavras, como simples figura de linguagem. Lakoff e Johnson (1980) quebram o paradigma desse enfoque tido como dogma e consolidam um *status* epistemológico para a metáfora. A nova percepção representa uma ruptura com a tradição retórica que teve início com Aristóteles e que considerava a metáfora um ornamento lingüístico, sem valor cognitivo.

Antes mesmo, em 1979, o número 54 da revista *Languages* é dedicado à metáfora e, na apresentação, Molino et al. (D.E.L.T.A., v. 16, n. 1), afirmam que a “retórica está na moda, mas mais ainda sem dúvida a metáfora (...)”. Eles fazem referência ao fenômeno da metáfora como uma indústria em expansão que teve sua pedra fundamental lançada por Max Black, em 1954. Esses autores reconhecem como causa dessa expansão uma tomada de consciência e que o problema central das ciências humanas é o problema da significação e, via de consequência, a metáfora.

O novo paradigma consolidado por Lakoff e Johnson, que norteia essa comunicação, trata a metáfora como uma operação cognitiva fundamental e não como uma figura de retórica. Os autores defendem a idéia de que a metáfora faz parte do cotidiano das pessoas ainda que essas pensem que podem viver sem a primeira. A metáfora não estaria restrita ao campo das palavras, mas estaria intimamente ligada tanto ao pensamento quanto à ação.

De acordo com Lakoff e Johnson (2002, p. 45), o “nosso sistema conceitual ordinário, em termos do qual não só pensamos mas também agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza”. A concepção de metáforas estruturais, definida por esses autores, prevê que um conceito seja estruturado metaforicamente em termos de outro. Lakoff e Johnson (op. cit.) analisam alguns exemplos que comprovam a tese do sistema conceitual como metáfora, isto é, a argumentação de que “os processos de pensamento são em grande parte metafóricos” (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 48). Entre eles, está o conceito DISCUSSÃO e a metáfora conceitual DISCUSSÃO É GUERRA, que está introjetada na nossa cultura e que pode organizar ações em uma discussão. Para os autores, as metáforas, como a supracitada, devem ser entendidas como conceito metafórico.

O lingüista George Lakoff e o filósofo Mark Johnson (2002) deixam claro que a metáfora não deve ser percebida apenas como uma figura de linguagem ou um termo que deve ornamentar a poesia. Acreditam que a metáfora pode exercer forte influência sobre o nosso pensamento e até mesmo sobre o nosso comportamento moldando, assim, nossas realidades. As metáforas da vida cotidiana, expressão cunhada pelos autores, seriam conceitos metafóricos, revelados de diversas maneiras na língua, capazes de reger nossas ações.

Os autores oferecem evidência convincente de que as metáforas podem realmente ser a *principal maneira de operação mental* das pessoas. Eles argumentam que, devido ao fato de que a mente está “incorporada” – isto é, experimenta o mundo através do corpo do

qual faz parte – as pessoas não podem deixar de formar um conceito do mundo em termos de percepções corporais. A Semântica Cognitiva também estuda essas relações entre formas de cognição e significação.

Sem deter-se na distinção literal/metafórico, Lakoff & Johnson (2002) cunharam o termo *metáfora conceptual* (ou conceito metafórico) para fazer referência a conceitos que são organizados metaforicamente e cujos traços são encontrados em expressões lingüísticas da fala cotidiana que não são, em geral, percebidas como metáforas. Segundo esses autores, o corpo é uma referência a partir da qual entramos em relação com o mundo exterior e, com base nessa relação, organizamos conceitos coerentes com a cultura na qual estamos inseridos. A partir dessa concepção, foi desenvolvida uma terminologia falar desses conceitos metafóricos: *metáfora orientacional*, *metáfora ontológica*, *metáfora recipiente*.

Nossos conceitos de *dentro-fora*, *acima-abaixo*, *frente-fundo*, *luz-escuridão*, e *calor-frio* são todos relacionados às orientações e percepções adquiridas através de nossos sentidos corporais e são chamadas de *metáforas orientacionais*. As metáforas orientacionais estão contidas principalmente nos conceitos de FELIZ É PARA CIMA, TRISTE É PARA BAIXO, SAÚDE E VIDA SÃO PARA CIMA, DOENÇA E MORTE SÃO PARA BAIXO e podemos identificá-las nas expressões “Estou me sentindo *para cima* hoje”, “Aquilo *levantou* meu moral”, “Ele está mesmo *para baixo* esses dias”, “Ele *caiu* doente”, “Ele está no *auge* da sua forma física”, “Estou *por cima* nessa situação”, “A saúde dele está *declinando*”. (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p.59-61; grifos dos autores).

Um caso bem mais sutil de como um conceito pode esconder um aspecto de nossa experiência encontra-se no que foi chamado por Michael Reddy de “a metáfora do canal”. Este autor observa que a nossa compreensão sobre a linguagem é estruturada, de maneira geral, pela seguinte metáfora complexa: “Idéias ou significados são objetos.”; “Expressões lingüísticas são recipientes.”; “Comunicação é enviar.”.

Tomemos os seguintes exemplos:

É difícil *passar* aquela idéia para ele.
 Quando você *tiver* uma boa idéia, tente *capturá-la* imediatamente em palavras.
 Você simplesmente não pode *recheiar* uma frase com idéias de qualquer maneira.
 Suas palavras *traem* pouco significado.
 Não *force* suas idéias *em* palavras erradas.
 A introdução *contém* muitas idéias.

Observa-se que, em exemplos como os citados acima, de metáforas estruturais, é bem mais difícil se perceber que há algo encoberto pela metáfora ou até a própria existência da metáfora e essa maneira de pensar é tão comum que fica difícil imaginar que esse modo de pensar não corresponda à realidade. (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 54-55, grifos dos autores).

Lakoff e Johnson também sugerem que as metáforas através das quais as pessoas expressam os conceitos abstratos influenciam na maneira como elas os entendem. Os autores apresentam diversas metáforas usadas comumente para as idéias conceituais. Algumas expressões familiares que as pessoas usam quando descrevem idéias como *pessoas*, *alimentos* e *plantas*.

Exemplos de “Idéias são pessoas”:

A teoria da relatividade *deu à luz* uma série de idéias na física.
 Ele é o *pai* da biologia moderna.
 De quem foi esse *rebento cerebral*?
 Suas idéias *viverão* para sempre.
 Esta é uma idéia que merece *ser ressuscitada*.
 De onde vocês *desenterraram* essa idéia?
 Ele *soprou vida nova* àquela idéia.
 (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 109, grifos dos autores).

Exemplos de “Idéias são alimentos.”:

Tudo o que esse artigo traz são *fatos crus*, *idéias malpassadas* e *teorias requentadas*.
 O que ele disse deixou um *gosto ruim* em minha boca.

Ele *devorou* o livro.
 Não posso *digerir* todas essas idéias novas.
 Eu simplesmente não posso *engolir* essa reclamação.
 Esse argumento *cheira a peixe*.
 Essa é uma idéia que você pode realmente *mastigar*.
 Isso é *alimento* para o pensamento.
 Nós não precisamos *dar comida na boca* de nossos alunos.
 Este é o *filé* do papel.
 (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 108, grifos dos autores).

Exemplos de “Idéias são plantas.”:

As idéias dele finalmente chegaram à *fruição*.
 Aquela idéia não *amadureceu*.
 Aquela teoria está *florescendo*.
 Levará anos para aquela idéia *desabrochar*.
 Ele considera a química como um *ramo* da física.
 A matemática tem muitos *ramos*.
 As *sementes* das grandes idéias dele foram *plantadas* durante a juventude.
 Ela tem uma imaginação *fértil*.
 Ele tem uma mente *estéril*.
 (LAKOFF ; JOHNSON, 2002, p. 110, grifos dos autores).

Assim é que as pessoas tentam compreender os conceitos vagos, abstratos ou complexos em termos de experiências mais familiares. Na metáfora de que as *idéias são plantas*, é perfeitamente consistente guardar uma idéia por algum tempo, sem procurar vendê-la. Afinal, as plantas levam tempo para *amadurecer*, para chegar à *fruição*.

Segundo Lakoff e Johnson, da “mesma forma que as experiências básicas das orientações espaciais humanas dão origem a metáforas orientacionais, as nossas experiências com objetos físicos (especialmente com nossos corpos) fornecem a base para uma variedade extremamente ampla de metáforas ontológicas, isto é, formas de se conceber eventos, atividades, emoções, idéias etc. como entidades e substâncias.” (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p. 76).

A personificação é tratada por esses autores como um tipo de metáfora, pois a concepção de *metáfora ontológica* é empregada também para as situações em que entidades não humanas são especificadas como se fossem pessoas como, por exemplo, teorias, doença, inflação etc. Alguns exemplos: “A doença dele está me matando”, “A inflação roubou minhas economias”, “O conceito é metaforicamente estruturado; a atividade é metaforicamente estruturada e, conseqüentemente, a linguagem é metaforicamente estruturada”.

Veja-se ainda que as metáforas ontológicas podem ser muito mais elaboradas, embora possam não ser identificadas como metáforas. Uma razão disso é que as metáforas ontológicas servem a uma variedade limitada de objetos como referir e quantificar. A metáfora ontológica MENTE É UMA ENTIDADE é uma metáfora muito desenvolvida em nossa cultura. (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 79).

Exemplos de “Mente é uma máquina”:

Ainda estamos *remoendo* a solução para essa equação.
A minha mente simplesmente não está *funcionando* hoje.
Estou um pouco *enferrujado* hoje.

Exemplos de “Mente é um objeto quebradiço”:

O seu ego é muito *frágil*.
Ele *desmoronou* sob interrogatório.
Eu estou *em pedaços*.
A sua mente pifou.

As metáforas ontológicas mais óbvias são aquelas em que se concebe objetos físicos como pessoas como em “A *vida* me *trapaceou*”, “O *câncer* finalmente o *pegou*”, “Este *fato* *ataca* as teorias clássicas”. (LAKOFF e JOHNSON, 2002, p. 87, grifos dos autores).

Ainda ao discutir a influência das metáforas no comportamento, Lakoff e Johnson afirmam:

As metáforas podem criar realidades para nós, especialmente realidades sociais. Uma metáfora pode assim ser um guia para ação futura. Essas ações, é claro, irão adequar-se à metáfora. Isso, por sua vez, reforçará o poder da metáfora de tornar a experiência coerente. Nesse sentido, as metáforas podem ser profecias auto-suficientes.. (LAKOFF; JOHNSON, 2002, p.257).

A metáfora *O tempo é uma riqueza* mostra-nos como o mecanismo citado na afirmação acima funciona dentro do sistema conceitual de criação de realidades sociais. *O tempo é uma riqueza* é uma metáfora que impulsiona muito daquilo que fazemos. Este conceito está profundamente enraizado em nossa cultura. Geralmente, a *riqueza é dinheiro*. O tempo é algo que as pessoas podem *gastar ou desperdiçar, investir sabiamente em atividades produtivas ou perdê-lo* em buscas questionáveis.

Na cultura ocidental, o *tempo é riqueza* é uma metáfora tão forte que raramente pode ocorrer-nos de que haja outras maneiras de pensar sobre nossas vidas. Todavia, há outras culturas em que as pessoas não necessariamente encaram o *tempo como uma riqueza* e não se preocupam com a idéia de orçá-lo ou de perdê-lo.

Nas culturas ocidentais, as pessoas não reconhecem mais a expressão *tempo é uma riqueza* como metáfora. Elas simplesmente assumem que isso é uma verdade e agem de acordo. Para Lakoff e Johnson é como se a metáfora “fosse um dos nossos cinco sentidos, como ver, ou tocar, ou ouvir, o que quer dizer que só percebemos e experimentamos uma boa parte do mundo por meio de metáforas. A metáfora é parte tão importante da nossa vida como o toque, e tão preciosa quanto” (LAKOFF E JOHNSON, 2002, Posfácio).

Há um número enorme de estudos sobre metáfora e sobre cognição, e não se pretende ater aqui a um relato minucioso das diferentes tentativas feitas para definir e classificar a metáfora. Pesquisar o número infindável de metáforas que as pessoas usam e internalizam em suas realidades cotidianas e tentar discorrer acerca de todas elas fugiria de objetivo principal, deste estudo, que é a análise do uso de metáforas em textos políticos produzidos no âmbito do Senado Federal. Portanto. Desse modo, passa-se, agora, a um

enfoque sobre a argumentação em textos políticos, sua formação, condições de produção, características, desenvolvimento e demais elementos constitutivos da metáfora como meio de persuasão na construção dos discursos/textos políticos eleitos como o *corpus* do presente estudo.

2.3 Expressões Populares

Para efeito deste estudo, expressões populares serão consideradas todas as expressões e ditados usados corriqueiramente pelo povo, ainda que os mais eruditos procurem usar os mesmos enunciados em Latim. O que importa realmente aqui é a constância desse uso pelos políticos, de modo a resgatar a fala do povo, apropriando de seu discurso para aproximar-se dele e, com isso, persuadi-lo.

No que tange à bibliografia acerca das expressões populares, observa-se que vários autores brasileiros, como Valle (1996), Cascudo (2004), Gleason (1998), Fontes (1982), Almeida (1963) e Prata (2003) se dedicaram à catalogação e explicitação de expressões populares, provérbios bíblicos, locuções tradicionais no Brasil, parábolas, adágios, provérbios regionais e demais modalidades da linguagem oral. Esses autores, todavia, não fazem um estudo sistemático, aprofundado e pormenorizado do assunto, que seja sobre expressões ou ditos populares, provérbios, expressões em latim ou outro fenômeno lingüístico que tenha sua origem na fala natural das pessoas, que atravessam os tempos, que se popularizam e que são incorporadas ao cotidiano.

Esse tipo de linguagem vai passando de pai para filho e, embora não pareça, está carregada de uma força de significação muito grande contribuindo sobremaneira para a construção de sentidos e a construção de uma realidade social, seja ela regional ou em nível

de Brasil como uma linguagem que passou a ser utilizada inclusive da tribuna do Parlamento brasileiro como instrumento de convencimento, de persuasão do ouvinte/leitor a que se dirige.

Vê-se, entretanto, que, pelo menos os autores brasileiros limitam-se, em suas obras, a uma catalogação das referidas expressões seguidas de uma explicitação breve, concisa, porém não menos objetiva do que esses fenômenos contêm implícita e discursivamente. Um exemplo que se pode citar é o encontrado em Valle (1996): “A carroça não anda diante dos bois”, ou, como mais conhecido, “Não ponha o carro na frente dos bois”. Segundo o autor, “Há aí uma sugestão de paciência, um convite à disciplina e à hierarquia. Existe no mundo uma ordem, e esse provérbio é uma sugestão para que a reconheçamos. Ele é utilíssimo para pessoas impacientes”. (VALLE, 1996, p. 12/13).

Seguindo essa mesma linha de trabalho, ou seja, de catalogação e explicitação de provérbios, encontra-se Cascudo (2004), onde também só se encontram locuções que foram ouvidas pelo autor e, via de consequência, por ele catalogadas e explicadas. Dessa maneira, a análise, no que tange à parte do trabalho que trata expressões populares, se caracteriza por ser mais voltada às considerações acerca do próprio *corpus* e das expressões que nele aparecem.

Há poucos estudos sistematizados sobre as expressões populares, a respeito de sua importância discursiva, já que perpetuadoras de ideologias, e do seu poder de persuasão. Acerca dessas expressões, no entanto, Cascudo em 1968, quase cinquenta anos atrás já diz:

Assim, *Coisas Que o Povo Diz* é um passeio através das idéias populares, comuns e naturais, recolhidas por mim na obstinação de tantos anos de simpatia. A maneira de expor e concluir, como andamento em música lida ao piano, corre por conta do ocasional intérprete. Rara e realmente sabemos do espírito popular em sua intimidade criadora ou conservadora, ignorando o critério da seleção sobrevivente, a razão de ser, recôndita e poderosa. Como dizem em Luanda, *o muenhu uala moxi a mutu*, a alma está dentro da pessoa. O mensageiro não é, espiritualmente, o mandante. Faz-de-conta. (CASCUDO, 1968, p.13, grifos do autor).

Verdade é que as palavras simples do cotidiano chegam até as pessoas carregadas de sentido sem que se saiba como se constituíram, mas que significam muito nessas pessoas e para essas pessoas conforme o pensar de Orlandi (2005, p.20). A maioria das expressões

populares não tem autor definido, surgem na dinâmica da língua e a ela vão se incorporando. Observa-se que, em todas as regiões do país, as expressões populares são usadas pelas pessoas das mais variadas localidades de maneira corriqueira e quotidianamente, servindo aquelas expressões como reforço argumentativo na elaboração de sua linguagem, seja escrita ou oral.

Verifica-se que não é só no âmbito regional que o uso das expressões populares se limita. Mesmo no Parlamento, Senadores como o Senador Mão Santa, por exemplo, utiliza, de maneira recorrente, tais expressões na elaboração de seus textos e de sua comunicação com seu interlocutor, o povo. Talvez isso se deva ao fato do Senador ser de um estado da região Nordeste em que, a exemplo de outras partes do País, as pessoas utilizam expressões e ditos populares com frequência, como prática social e cultural.

Há também neste trabalho o levantamento de algumas dessas expressões encontradas nos textos analisados e a avaliação sobre o uso de tais expressões dentro da linguagem política utilizada pelos Senadores Mão Santa e Antônio Carlos Magalhães, da tribuna do Senado Federal. Busca-se mostrar que a utilização dessas expressões confere força significativa aos textos políticos e faz com que, na construção dos sentidos desses textos pelo leitor, muito mais do que o sentido literal ou metafórico lhes seja atribuído. O leitor, além de se identificar com o texto, por causa do uso de expressões que ele usa, também assimila, por meio, delas, o juízo de valor do Senador a respeito do que ele comenta. Existe aí um contexto de manutenção de ideologias e de perpetuação de poder da classe política dominante do País, tenham os políticos origem nas regiões Sul, Norte, Nordeste ou Centro-Oeste do País. O povo é o interlocutor dos políticos e a leitura descuidada, que desconsidera os efeitos de sentido das expressões populares no discurso político, pode trazer danos irreparáveis à liberdade de consciência e às opções sociais desse povo.

2.4 Construção dos sentidos

Vários são os elementos que contribuem para a construção dos sentidos de um texto que é objeto de estudo da Linguística. Há várias concepções de texto conforme enumera Koch, a saber:

1. texto como frase complexa ou signo lingüístico mais alto na hierarquia do sistema lingüístico (concepção de base gramatical);
2. texto como signo complexo (concepção de base semiótica);
3. texto como expansão tematicamente centrada de macroestruturas (concepção de base semântica);
4. texto como ato de fala complexo (concepção de base pragmática);
5. texto como discurso “congelado”, como *produto* acabado de uma ação discursiva (concepção de base discursiva);
6. texto como meio específico de realização da comunicação verbal (concepção de base comunicativa);
7. texto como processo que mobiliza operações e processo cognitivos (concepção de base cognitivista);
8. texto como *lugar de interação* entre atores sociais e de construção interacional de sentidos (concepção de base sócio-cognitiva-interacional). (KOCH, 2004, p. XII).

Na segunda metade da década de sessenta, quando surgiu a Linguística Textual, e também na metade da década de setenta, a Linguística preocupava-se principalmente em estudar a coesão textual, que era muitas vezes comparada à coerência, visto que ambas eram entendidas como qualidades (estruturais) do texto. A partir da década de 1980 passou-se a considerar a coerência não somente como uma mera propriedade ou qualidade do texto em si, mas como na interação entre o texto e seus usuários em função de uma complexa rede de fatores de ordem lingüística, cognitiva, sociocultural e interacional. E, finalmente, a partir da década de 1990, a partir dos estudos de Dijk e Kintsch (1983) é que passa a haver um interesse maior pelo processamento cognitivo do texto, isto em termos de sua produção e compreensão.

Obras como as de Heineman e Viehweger (1991), Koch e Oesterreicher (1990), Nussbaumer (1991), Adam (1990 e 1993), Dijk (1994, 1995, 1997), além de outras passam a ter como centro de sua atenção as questões de processamento do texto, a representação de conhecimento na memória, as estratégias sociocognitivas e interacionais nele envolvidas. No

Brasil, podemos citar as obras de Marcuschi e Koch (Marcuschi e Koch, 1998; Koch e Marcuschi, 1998; Marcuschi, 1998; Koch, 1997) e de Cavalcante (2000; 2001). Questões como referenciação, inferenciação, conhecimento prévio, bem como o estudo dos gêneros textuais a partir da perspectiva bakhtiniana em que a questão dos gêneros ocupa lugar de destaque nas pesquisas sobre o texto.

Na construção dos sentidos de um texto, como afirma Koch (2004, p. 21-22), deve-se considerar os implícitos e os explícitos, todos os elementos para a sua compreensão. É preciso ainda obedecer às condições de progresso e coerência que constituem um texto caracterizado pela sua textualidade. Um texto é um texto e não apenas uma soma de frases. Ele revela uma conexão entre as intenções que o compõem, de modo que por ele tramitam discursos vários em relações intradiscursivas – dentro do próprio texto – e interdiscursivas – com outros discursos. A intertextualidade, por exemplo, pode ser considerada como interdiscursividade, já que faz referência ou menciona outros textos, cujos discursos também são vários.

As condições de produção de um texto envolvem elementos como autor, o lugar de onde fala, sua autoridade para dizer o que diz, para quem ele fala, a força dos enunciados, a coerência e a intertextualidade entre outros recursos utilizados na construção dos sentidos de um texto e no significado que o autor deseja imprimir e a utilização de determinados recursos lingüísticos – como os estudados aqui – fazem com que os sentidos que ele realmente quer gravar na mente do leitor/ouvinte estejam atrás do texto. É importante se observar nos textos as condições em que os mesmos foram produzidos. Isso, além de se levar em consideração, na análise textual, os elementos básicos para sua formatação tais como: vocabulário, gramática, coesão interfrástica e estrutura. Estes nos levam à superfície do texto, enquanto os primeiros nos levam ao que há de mais profundo nele.

Ainda na construção dos sentidos de um texto há que se observar, conforme enuncia Koch (2004), os recursos argumentativos presentes no nível lingüístico fundamental que constituem o sentido, tais como os tempos verbais que vão definir se o texto se encontra no “mundo comentado”, como acontece com o presente do indicativo, ou, no “mundo narrado”, em que o texto se dá em forma de narração, como em “era uma vez”. Também se deve observar os advérbios e expressões atitudinais, os índices de avaliação, como os adjetivos, os indicadores do tipo ilocucionário, como “eu entendo”, os indicadores de modalidade – verbos, advérbios, expressões –, as pressuposições, os operadores argumentativos como as conjunções, interjeições, os índices de polifonia.

É necessário, para fazer uma leitura mais abrangente, observar ainda os recursos teóricos ou estilísticos de segundo nível decorrentes da aplicação de leis do discurso ou de outros tipos de mecanismos que operam em diferentes níveis de significação como a ironia, as oposições, jogos de palavras, metáforas e reiteraões, o inter-relacionamento de campos lexicais, os argumentos de autoridade, as questões retóricas, as exclamações retóricas, as comparações, o uso retórico da pressuposição, a apresentação de explicitações ou argumentos que se pretende ressaltar ou sobre os quais se deseja chamar a atenção, sob forma de termos ou orações intercaladas ou acessórias do ponto de vista gramatical e o paralelismo sintático e rítmico.

Outras estratégias ainda a serem consideradas na organização do texto, a fim de facilitar a compreensão dos enunciados pelo interlocutor são as inserções, como as explicações ou justificativas, a alusão a um conhecimento prévio, a apresentação de ilustração ou exemplificação, as questões retóricas, os comentários jocosos. Também se deve ter em vista as repetições, os parafraseamentos retóricos, como o deslocamento dos constituintes, a tematização e a rematização, que inclui a topicalização, os intercalamentos e a posposição. Há ainda as estratégias metadiscursivas que têm por objeto o próprio ato de dizer em que o

locutor/autor avalia, corrige, comenta, modifica a sua forma de dizer, as estratégias metaformativas como correções, paráfrases e repetições saneadoras, as estratégias modalizadoras e as estratégias metaenunciativas.

Assim é que a análise da construção dos sentidos de um texto e sua conseqüente interpretação vai além da compreensão dos mecanismos gramáticos e lingüísticos de avaliação. É um exercício, de modo geral, algo muito aberto, subjetivo, que depende do enfoque do leitor, do seu conhecimento de mundo, da sua sensibilidade e do interesse que o assunto encerra e que proporciona um leque de possibilidades a serem levantadas e consideradas dentro de um contexto histórico, cultural e político, visto que a linguagem não é algo cartesiano, matemático em que se pode fechar uma questão de forma absoluta e unânime.

2.5 Argumentação e estratégias de persuasão no discurso político

Nesta seção, passa-se a considerações acerca de argumentação e persuasão em discursos/textos políticos, mas não sem antes fazer uma abordagem sobre argumentação de modo geral. Aristóteles e Perelman (KOCH, 1987) são considerados os filósofos responsáveis por muitos dos conceitos que fundamentam a teoria da Retórica e da Argumentação. São esses princípios que subsidiam satisfatoriamente todo o percurso da estrutura de um discurso argumentativo, quando a intenção é persuadir.

O estudo da arte de argumentar tem origem na Grécia Antiga, em que se considerava só argumentar com êxito aqueles que dominavam a arte de falar bem para o público. Argumentação, do latim *argumentatione*, significa contrastar, provar, representar. A argumentação divide-se basicamente em científica, pedagógica e discursiva. A primeira se fundamenta na formulação e na comprovação das hipóteses, através da “experimentação”. A segunda, em que o instrutor faz com que o aluno vá do problema para solução. A terceira, em

que o orador tenta obter a adesão do público. A história da retórica mostra-nos também que a demagogia, como o ato de persuadir pela emoção, tem sido eficaz em muitos discursos, principalmente os políticos. É a esse tipo de argumentação que se dedica o presente trabalho e, em especial, àquela que se processa dentro dos textos políticos produzidos pelos Parlamentares brasileiros.

Perelman (1970), filósofo de origem polonesa, é considerado o maior colaborador para a recuperação da retórica antiga de Aristóteles e também o pai da lógica moderna. Nessa linha de pensamento retórico, em colaboração com Olbrecht-Tyteca, procura expandir a distinção aristotélica básica entre raciocínios analíticos lógico-formais e os chamados raciocínios dialéticos ou retóricos que são utilizados, principalmente, pelos políticos, juízes e advogados.

A argumentação, em linhas gerais, não oferece demonstrações de verdades evidentes e necessárias, mas oferece critérios para que certa decisão ou opinião seja aceita como plausível e tenha condições de persuadir um auditório em particular, conquistando a sua adesão a uma idéia, por meio exclusivo da linguagem, sem o uso da violência física ou psicológica. Perelman (KOCH, 1987, p. 20) defende a possibilidade de existir o que ele chama de “auditório universal”. Esta conceituação do auditório universal permite que ele justifique a diferença entre persuadir e convencer. Para Perelman (op. cit), a persuasão consiste na “adesão de espíritos”. É uma ação ou processo onde visamos obter uma adesão que só pode ser dirigida a um auditório em particular. O convencimento, por sua vez, pretende conquistar a adesão do auditório universal, num sentido mais amplo, de forma imparcial, ou seja, sem tomar partido específico dentro do grupo.

Perelman defende ainda que toda argumentação parte da apresentação de premissas como formas verbais e figuras retóricas como a definição oratória, a perífrase, a sinédoque, a metonímia, a onomatopéia, a repetição, a amplificação, a sinonímia, a alusão, a

citação e a apóstrofe. Todas elas produzem efeitos na apresentação do discurso, podendo impor ou sugerir uma escolha, aumentar a presença de um determinado elemento ou criar ou confirmar a comunhão de um auditório. Seu tratado, todavia desenvolve uma exaustiva classificação geral das técnicas argumentativas, que é considerada por muitos como arbitrária e imprecisa. Todavia, o ponto de partida de sua Teoria da Argumentação é que argumentar é agir socialmente, é persuadir, é conquistar a adesão dos outros.

A argumentação é a expressão escrita ou falada de um raciocínio. Segundo Sparemberger (2003), para maior compreensão do processo argumentativo, é necessário fazer-se a diferenciação entre raciocínio demonstrativo e raciocínio argumentativo. Ambos têm como estrutura básica uma afirmação principal e uma ou mais proposições que são chamadas de premissas. O raciocínio demonstrativo (lógico formal ou dedutivo) é aquele em que havendo premissas verdadeiras, a conclusão será sempre verdadeira. Este tipo de raciocínio procura garantir uma verdade lógica. O segundo deles, raciocínio argumentativo (retórico ou persuasivo), é aquele que parte da verdade enquanto afirmação principal em busca de justificativas (premissas) que tornem aquela verdade aceita por meio de um processo de convencimento. Assim, ele produz a persuasão no receptor e, nele, a conclusão não é verdadeira em termos lógicos por somente produzir um efeito de verdade.

A linha teórica desses dois autores, citados acima, é mais antiga e baseada na relação sentido-referência, em que a linguagem é vista como objetiva, lógica, cuja relação com o mundo se faz tête-à-tête. Embora alguns de seus conceitos e categorias sirvam bem em certos momentos da análise textual, como eles não entendem a linguagem como discurso, o que se considera aqui, e, portanto, não se configuram como base deste trabalho. Este estudo considera as palavras de Koch (2000), que afirma que, através do jogo da linguagem, temos sempre objetivos e fins a serem atingidos, relações que se desejam estabelecer e comportamentos que queremos ver desencadeados. Desse modo, atuamos sobre os outros e

obtemos deles determinadas reações e comportamentos, verbais ou não. Koch (op. cit.) entende, então, que todo texto – verbal ou visual – é intrinsecamente argumentativo. Há, no entanto, textos que são explicitamente argumentativos, enquanto outros têm sua argumentação ocultada pelo gênero ou por outros elementos lingüísticos, como os pressupostos. Mesmo um texto narrativo é argumentativo, já que sempre que se diz algo, o fazemos com o intuito de significar, de atingir certo objetivo.

Osakabe (2002) alia noções de Análise do Discurso, de outras áreas da lingüística, como a Pragmática, e de Retórica para refletir sobre a argumentação enquanto fenômeno discursivo. Sua obra tem origem em um momento que, sobretudo no Brasil, tinha-se publicado pouco em matéria de AD e menos ainda em análise de discursos políticos ou sobre argumentação. O autor destaca as condições de produção do discurso e o tratamento lingüístico da organização argumentativa, que são pontos que podem servir de subsídio à análise de textos em que o jogo persuasivo cumpre função determinante, principalmente, o discurso político, com enfoque maior nas suas condições de produção.

Sobre a argumentatividade da linguagem, Searle postula o seguinte:

(...) se eu sustento um argumento, posso *persuadir*, ou *convencer* meu interlocutor; se lhe peço alguma coisa, posso *conduzi-lo a fazer* o que lhe peço; se lhe forneço uma informação posso *convencê-lo* (*esclarecê-lo, edificá-lo, inspirá-lo, fazê-lo tomar consciência*). (SEARLE, 1972, p. 62).

Segundo Osakabe (op. cit.), o que se observa, partindo-se de uma afirmação como a de Searle, é que o discurso caracteriza-se inicialmente por uma maior ou menor participação das relações entre um “eu” e um “tu” – o que o liga a Benveniste (1995), que trata da subjetividade da linguagem. Essa maneira de pensar leva ao contato entre interlocutores, à importância do sujeito-leitor e, retomando Bakhtin (op. cit.), ao dialogismo próprio da linguagem e à sua argumentatividade intrínseca. Osakabe ainda afirma que:

(...) se se admite que, embora um discurso possa cumprir inúmeros atos de linguagem, ele seleciona determinado ato de base que o caracteriza, tem-se, por

exemplo, que regras de comportamento social, portanto convencionais, vão exigir que um discurso de natureza político-militante, ao contrário do discurso político de natureza teórica, realize um ato de persuasão e não um ato de convicção. (OSAKABE, 2002, p.60).

Percebe-se que Osakabe distingue discursos de diversas naturezas, considerando, por exemplo, a distinção entre discursos políticos: alguns – de natureza político-militante – seriam argumentativos e outros – de natureza político-teórica – não. Embora não se desconsidere a relevância das palavras desse autor, entende-se, neste trabalho, como já foi dito, que todo texto é argumentativo, todos eles – constituídos na e pela linguagem – são políticos e ideológicos. O discurso se constitui na alteridade, na relação com o outro, no dialogismo e, mesmo Osakabe (op. cit.) considera essa relação, já que admite que é diante de um “tu” que um “eu” que se instaura na linguagem.

O discurso político tem uma tipologia definível pela sua estruturação, pelo seu contexto e pelo público a quem se dirige. Há uma argumentação sociológica e um apelo emotivo do lado do produtor do texto e, do outro lado, há o interlocutor intelectualizado e o povo brasileiro, o que delimita a interação e a prática de convencer e a de persuadir. Ainda na formação da argumentação de um discurso político há verbos que são utilizados com muita frequência como, por exemplo, argumentar (persuadir ou convencer), advertir (chocar ou inquietar) sobre algo, pedir alguma coisa (conduzir a fazer o que se pede) ou fornecer uma informação (convencer, esclarecer, edificar, inspirar, fazer tomar consciência).

Como foi dito, entende-se que na oratória, em particular na oratória política, a argumentação visa obter a adesão do interlocutor. O orador, para ter bom êxito nessa tarefa, precisa utilizar-se de uma linguagem construída com artifícios lingüísticos muito bem elaborados, deve renunciar ao desejo de impor seus pontos de vista pela força e, sim, procurar ganhar a adesão intelectual dos auditores. O orador deve saber, e normalmente está ciente disso, que, na argumentação, é necessário que se estabeleça um contato entre o orador que deseja convencer e o público disposto a escutar. Caso contrário, a persuasão e a adesão às

idéias na ocorreriam jamais. Assim, a argumentação é essencialmente diálogo, discussão, controvérsia. É importante ainda que, para que um argumento obtenha êxito, atentar-se para a linguagem utilizada no discurso, de modo a evitar barreiras lingüísticas entre orador e interlocutor. Uma dessas barreiras pode ser a linguagem utilizada que, se muito complexa e erudita, poderá não atingir um público que não esteja apto a compreendê-la. Outra, seria a da tecnicidade da linguagem utilizada: somente se deve usar uma linguagem técnica para um público que esteja tecnicamente preparado a recebê-la.

A construção de sentidos em um discurso/texto político, para que atinja verdadeiramente seus fins de persuasão de determinada classe de ouvintes/leitores precisa que a força de seus argumentos seja eficaz na tarefa de fazer compreender esse mesmo ouvinte/leitor da argumentação em que se dedica, sua pertinência e importância dentro do contexto social em que se enquadra no momento de sua produção. Para ser compreendido, o orador/autor deve escolher os tópicos que dão realce à tese que quer defender e usar uma linguagem apropriada para cada tipo de interlocutor. Para que haja comoção e persuasão, os princípios elaborados devem ser, é claro, recursos argumentativos lógicos e coerentes, mas, muito mais do que isso, eles devem ter como base algo que liga o autor/orador ao leitor/ouvinte. No caso dos textos analisados aqui, alguns desses mecanismos-base para a persuasão são a metáfora e expressões populares, muitas vezes usadas em premissas que levam a dadas conclusões, desejadas pelos Senadores. A escolha sobre a linguagem a ser utilizada e quanto ao assunto tratado deve, também, levar em conta o grau de sustentação que o público tem com relação ao assunto. Esta é a parte em que o indivíduo mostra o seu conhecimento, a profundidade de seu pensamento.

No discurso político, o estadista ou o parlamentar levanta suas teses dirigindo-as para o alcance do bem comum que é o objetivo maior do Estado. Portanto, a política pode ser considerada a ciência do possível, ou seja, daquilo que pode e que deve ser feito. Os políticos,

para melhor atrair a atenção dos ouvintes, valem-se da persuasão e da eloquência. Na persuasão ordenam os pensamentos, de tal modo, que os levam a aceitar seus pontos de vista de modo suave, habilidosamente; na eloquência, exaltam o otimismo, o entusiasmo e a vivência no paraíso terrestre, apesar das dificuldades aparentes. Eles o fazem por saberem que a mente humana condiciona-se melhor à afetividade, apelam mais à emoção do que à razão. Deve, portanto, o ouvinte/leitor de textos políticos verificar e tentar descobrir nas entrelinhas dos discursos dessa natureza a sua real intenção com os textos que produzem e, agindo assim, é que poderá ter condições de compreender melhor aquilo que está dito por trás de todo um aparato de argumentação discursiva e de persuasão daqueles a quem os textos políticos se dirigem, ou seja, a sociedade de um modo em geral.

A produção do discurso, segundo Osakabe (2002), envolve um jogo de imagens e de atos entre a fala e a relação do orador e o seu ouvinte. Ele levanta questões fundamentais relativas a esse jogo. São elas:

1. Qual a imagem que faço do ouvinte para lhe falar dessa forma?
2. Qual imagem penso que o ouvinte faz de mim para que eu lhe fale dessa forma?
3. Que imagens faço do referente para lhe falar dessa forma?
4. Que imagem penso que o ouvinte faz do referente para lhe falar dessa forma?
5. Que pretendo do ouvinte para lhe falar dessa forma? (OSAKABE, 2002, p. 65-66).

Segundo esse autor, na produção de um discurso, a montagem de um quadro geral de imagens possíveis justificaria uma longa investigação. Não é o caso do presente trabalho em que não se pensa dar um enfoque exaustivo sobre o assunto. No entanto, é bom salientar que a importância dessa montagem justifica-se para a compreensão do discurso e de que o locutor tem necessidade de garantir que o seu interlocutor aceite certo número de significações ou, caso contrário, isto pode levar esse interlocutor a simplesmente recusar o discurso que lhe é dirigido.

Dentro do âmbito da argumentação política há expressões (significações) fundamentais que atuam direta ou indiretamente como determinantes de certa ação política ou

qual seja o seu real objetivo, quais sejam “coletividade”, “povo”, “democracia”, “ordem”, “patriotismo”, “justiça”, “povos civilizados”, “homem público” entre outras. Tais enunciados tentam demonstrar que esses mesmos enunciados são valores indiscutíveis e determinantes da preocupação política daqueles que os enunciam.

O estudo das relações discursivo-argumentativas que são as responsáveis pela estruturação dos enunciados, segundo Koch (2004), tem sido de grande importância para a melhor compreensão do funcionamento dos textos. No estudo dessas relações é que se podem encontrar as mais variadas formas de articulação e de progressão textual, incluindo-se aí os critérios enumerados por Beaugrande & Dressler (1981) de coesão, coerência, situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade, bem como pela utilização de vários tipos de recorrências como reiteraões lexicais, paralelismos, paráfrases, os tempos verbais, o encadeamento de enunciados e demais mecanismos lingüísticos que, ao longo do processo de produção de um texto, vão sendo utilizados pelo seu construtor na elaboração de suas idéias e, principalmente, no caso da classe política, na formulação de textos com um potencial persuasivo bastante elevado, repletos de ideologias direcionadoras à manutenção da classe política na condição de classe dominante. Também segundo Koch (2004), a orientação argumentativa pode se realizar por uma manobra lexical muito comum que é o uso termos ou expressões metafóricas na construção da argumentação de textos.

Há, dentro das marcas de articulação textual, os articuladores discursivo-argumentativos tais como conjunção, contrajunção (oposição/contraste/concessão), justificativa, explicação, conclusão, generalização, disjunção argumentativa, especificação, comprovação entre outras que servem para articular dois atos de fala. Afirma Koch a respeito do assunto:

Estes operadores articulam dois atos de fala, em que o segundo toma o primeiro como tema, com o fim de justificá-lo, ou melhor, explicá-lo; contrapor-lhe ou adicionar-lhe argumentos; generalizar, especificar, concluir a partir dele; comprovar-lhe a veracidade; convocar o interlocutor à concordância etc., sendo assim, responsáveis pela orientação argumentativa dos enunciados que introduzem (...). (KOCH, 2004, p. 131).

Torna-se oportuno salientar que a esfera analítica deste trabalho limita-se a textos políticos, não se pretendendo um levantamento extensivo das condições de produção e de argumentação dos textos apresentados, mas, sim, perfilhar a argumentação existente dentro das metáforas e expressões selecionadas, pondo em evidência que esses aparatos lingüísticos se constituem como elementos muito importantes na construção dos sentidos, na argumentação e como mecanismo de persuasão utilizado nos textos políticos que, a seguir, passa-se a sua análise propriamente dita.

Há de se esclarecer ainda que, na medida em que o estudo dos fenômenos lingüísticos selecionados, metáfora e expressões populares metafóricas ou não e demais expressões encontradas no texto, for evoluindo, inclui-se aí, na observação do comportamento destes dentro dos textos, a correlação com a doutrina acerca desses fenômenos, quando se fizer necessário. Para melhor compreensão da análise, esclarece-se que as metáforas selecionadas serão destacadas em **negrito**, bem como as expressões populares ou outras encontradas. As expressões em língua estrangeira serão destacadas em *itálico*.

CAPÍTULO 3

ANÁLISE DO *CORPUS*

Para a análise a que se propõe este trabalho, considera-se que as metáforas utilizadas nos textos políticos não devem ser tratadas simplesmente como recurso de uma linguagem elaborada, “retórica”, que visa apenas impressionar seu público alvo. Sua utilização vai muito mais além: fazer com que as pessoas aceitem e, muitas vezes, até incorporem em sua vida cotidiana aquelas práticas ideológicas defendidas pelos parlamentares. Para mostrar como essas práticas são operadas nos textos políticos, se pode tomar como exemplos alguns fragmentos do texto produzido pelo Senador Mão Santa, em 02 de dezembro de 2005, da tribuna do Senado Federal.

Antes de adentrar na análise propriamente dita, é necessário traçar um rápido perfil do Senador Mão Santa para que se tenha uma idéia de sua personalidade e postura políticas, o que afeta os dados analisados e a reflexão sobre ele.

3.1 O discurso do Senador Mão Santa

O Senador Mão Santa, do PMDB do Estado do Piauí, tem sua formação como médico. O estilo deste parlamentar é perceptível no modo como ele constrói as frases, como se dirige aos colegas durante o discurso e na utilização freqüente que faz de metáforas, expressões populares, latinas e outra na elaboração de seus textos. Sua fala pode levar seu ouvinte a considerá-lo um orador de difícil devido às construções sintáticas que faz. Ocorre que a sintaxe de Mão Santa é mesmo ordenadamente “desordenada”, e é isso mesmo que o diferencia.

Passa-se, agora, à análise de fragmento do texto em que o Senador Mão Santa utiliza-se com grande frequência de expressões populares. Ele mostra construir os sentidos de seus textos com vistas a aproximar-se do seu eleitor direto – o povo do Piauí –, e até mesmo do indireto, para convencê-lo de que é um deles e que, portanto, são legítimas suas escolhas políticas e ideológicas. Elas seriam feitas “em nome do povo”, já que ele se posta como um entre esse povo. Tal artifício visa a criar um envolvimento do falante com o interlocutor sobre o assunto abordado. Assegurar essa intercompreensão implica a utilização de estratégias discursivas, que são feitas com a manipulação da linguagem.

O exemplo abaixo, fragmento de um texto do Senador Mão Santa (Anexo 1, parágrafo 4º), proferido da tribuna do Senado Federal, em 02 de dezembro de 2005, contra a continuidade da greve nas universidades federais, poderá nos dar uma noção de como isso ocorre:

(...) Professor Heráclito Fortes, oratória - olha, e S. Ex^a fala como nós, o linguajar do povo: **quem ama cuida**. Alberto Tavares Silva ama o Piauí e ama a mulher Florisa. Agora, atentai bem. Ô, Tião Viana, **para amar é preciso conhecer**. Não é óbvio, Professor Cristovam Buarque? Sei que o Presidente Lula não pode amar a universidade, porque não a conhece, mas estamos aqui para fazê-lo conhecer. É um direito que eu tenho, porque trabalhei, Lula, muito para Vossa Excelência ser Presidente da República. (...) (MÃO SANTA, 2005, grifos meus)

A expressão **quem ama cuida** é usada popularmente para expressar o sentimento das pessoas no que elas vivenciam como amor e de que maneira ele deve ser expresso nas relações interpessoais. Esse sentimento pode se manifestar das mais variadas formas, dependendo do tipo de relação a que se refere, seja entre pai e filho, irmãos, amantes, marido e mulher, amigos, colegas de trabalho. Veja-se que o Senador Mão Santa, em seu texto, busca aproximar o seu leitor, usando o mesmo linguajar deste, ou seja, a língua usada por Mão Santa é a do povo. Ele se inclui na categoria “povo” ao afirmar que Lula “fala como nós”, fala o linguajar do povo. Ele o faz com o fito de criar uma intimidade entre as partes da

interlocução – autor e leitor – e, com isso, defender seu ponto de vista oposicionista ao Governo e criticá-lo pela falta de controle sobre as greves das universidades do País.

Além disso, ele mesmo afirma conhecer a universidade quando diz “o presidente Lula não pode amar a universidade, porque não a conhece, mas estamos aqui para fazê-lo conhecer”. O que, de certo modo é contraditório. Se o “povo” é formado pelos que não vão à universidade – como é amplamente difundido – e, por isso, muitos desejam privatizá-la. Ora, se Mão Santa foi à universidade, já que a conhece tão bem a ponto de fazer com que Lula a conheça, podendo mesmo bancar o cicerone, ele não pode pertencer à categoria povo. Daí, sua necessidade de aproximar sua fala da fala daquele (do povo). Por outro lado, se Lula fala “o linguajar do povo”, se ele fala “como” o povo, ele é excluído por Mão Santa de tal categoria. O Senador faz algumas comparações: entre os que falam o linguajar (não é nem linguagem) do povo e os que não o falam, entre os que conhecem a universidade, entre os que não a conhecem, entre os que amam a universidade e os que não há amam.

O Senador faz de Lula, por meio da comparação, o que não conhece a universidade e que, portanto, não pode amá-la. Lula também não pertence à categoria “povo”, ele apenas fala “como” o povo.

Desse modo, pode-se perceber, que o sofisma do Senador funciona todo com base na expressão “quem ama cuida”, de modo a afastar Lula tanto das universidades quanto do povo e a aproximar-se de ambos. O ponto de vista é de oposição a Lula, mas é necessário esforço e compreensão do jogo de palavras para chegar a ele. O Senador, apesar de se fazer de amigo de Lula – “Trabalhei... para V. Ex.^a ser presidente...” – implicitamente mostra-se seupositor e até seu superior já que pode ensinar a ele: “fazê-lo conhecer”, pois é povo, ama a universidade e trabalhou para que Lula chegasse à Presidência.

Ele procura dar a entender que o Governo, ao não cuidar da universidade, faz com que o problema das greves não tenha uma solução imediata. O Governo, assim, estaria

demonstrando seu desamor, a sua falta de cuidado e de atenção para com os estudantes e para com a sociedade – povo – de uma forma geral. Isso, já que o progresso e o desenvolvimento do País estão diretamente ligados ao fato de o povo ter educação, poder receber educação sem transtornos e de forma regular, o que, no caso, não está ocorrendo. O Governo transforma-se, então, mais que em negligente, em algoz dos estudantes, prejudicando-os em sua escalada educacional.

O conteúdo metafórico da expressão utilizada pelo Senador tem uma dada força de imposição à sua maneira de pensar. Seu discurso se constitui desses elementos, que são usados no exercício da dominação, o que pode ser tomado como exemplo do que a classe política dominante pode fazer, agindo *na* e *pela* linguagem (cf. Koch, 2000). O Senador utiliza, como forma de se aproximar do povo, senão o maior, um dos mais significativos sentimentos da humanidade – o amor. O amor seria a convicção de sua vida, a razão de seus atos e de sua postura diante das coisas e das pessoas. Configura-se aí, ainda, o messianismo cristão: Mão Santa é aquele que ama seu próximo –, os professores, os estudantes, o povo – como a si mesmo. Em contrapartida, ele é parte do povo que é “não amado” pelo governo.

Torna-se fácil, desse modo, entender e concordar com Mão Santa, pois ele fala de algo a que todos aspiram: o amor. Todos desejam ser amados, se sentir protegidos (função primordial do Estado em relação aos cidadãos), obter o bem-estar em suas vidas e na de seus familiares. É o que se quer que os Parlamentares façam: que eles promovam – com a defesa dos direitos legais do povo –, sua proteção, seu bem-estar e de sua família, sua dignidade, respeito, que lhe seja dada atenção, enfim, o cuidado que todos esperam do Governo. Aproximando seu discurso do discurso e do sentimento do povo, por meio de algo que inspira tanta nobreza, Mão Santa se posiciona como o defensor desse povo, que é como deveria ser todo aquele elevado à categoria de seu representante no Parlamento.

Mais adiante, o Senador volta a argumentar com o uso da expressão **quem ama cuida**, mas acrescentando mais um detalhe: **para amar é preciso conhecer**. Ele o faz, sob a argumentação de que o Presidente Lula não pode amar as universidades, porque nunca a frequentou e, desse modo, não tem condições de avaliar o quão importante ela é. Por meio da expressão acima, ele busca denegrir a imagem do Presidente da República, rebaixando-o à categoria de ignorante e, mais do que isso, de indiferente e irresponsável quanto ao problema da educação no País.

Observa-se que o Senador Mão Santa utiliza-se de um artifício lingüístico muito particular ao pronunciar seus discursos da tribuna do Senado Federal. S. Ex.^a faz uso constante de vocativos com o intuito de interagir sempre com seus colegas Senadores como podemos ver no excerto de texto acima quando ao iniciá-lo dirige-se ao Senador Heráclito Fortes para acompanhar sua linha de raciocínio e, muito mais do que isso, passa a incluí-lo no mesmo estilo de linguagem oral que pratica, segundo ele, um político que fala diretamente com o povo.

Verifica-se em “Senador Heráclito Fortes, oratória – olha, e S. Ex.^a fala como nós, o linguajar do povo: **quem ama cuida...**” que há, além do uso de uma expressão popular de conteúdo muito significativo para as pessoas mais simples, ou seja, o eleitorado tanto de um como do outro Senador, ambos oriundos do Piauí, um estado em que a utilização dessas expressões é muito forte no dia-a-dia e com uma carga de emotividade muito grande. O Senador Mão Santa faz uso do estilo dialógico em tom conversacional e, como bom articulista que é da língua portuguesa, usa habitualmente desse recurso para gerar um clima de intimidade com seus colegas de Parlamento, chamando sempre a atenção dos mesmos para seus posicionamentos e quiçá tentando amearhar cada vez mais a simpatia e concordância de seus pares a suas idéias e projetos e também de seus ouvintes/leitores/eleitores.

Quando se observa o parágrafo citado pode-se constatar o fenômeno acima no momento em que o Senador se dirige diretamente, pelo vocativo, numa mistura de linguagem mais informar e coloquial, ao Senador Heráclito Fortes, ao Senador Tião Viana, ao Senador Cristovam Buarque e chama a atenção também do Presidente Lula. Pode-se perceber ainda, que, ao longo de todo o seu discurso (texto) ele o faz e essa é uma marca de estilo em sua fala. Por exemplo, no uso da expressão “Atentai bem”, como um pai, um professor ou um padre, ele se dirige a qualquer dos seus Colegas, ao Presidente da República, a Ministros de Estados e a outras pessoas para lhes chamar a atenção para seus “ensinamentos”. Ele o faz, no entanto, com argumentos que, juntos, se constituem em um sofisma.

O Senador Mão Santa utiliza como recurso lingüístico a inclusão de inúmeras citações, que são uma característica predominante em seus discursos. Esse recurso de utilizar as palavras do outro com as quais concorda serve para agregar um argumento de autoridade, recurso lingüístico usado com a finalidade de convencer, contribuindo para provar a quem o ouve ou lê que as idéias que apresenta são passíveis de credibilidade. Isto indica que o autor do discurso conhece bem o assunto que está tratando. Muitas vezes, Mão Santa constrói sua argumentação a partir dessas idéias contidas nas citações.

No parágrafo sétimo, “passaram (...). Não vamos longe. Um erro. *Errare humanum est*, mas aquele telefonema **foi o cão que entrou no espírito** de V. Ex.^a. Tirar Cristovam Buarque?...”, o Senador faz uso da famosa expressão latina *Errare humanum est*, cuja forma original é *Errare humanum est, perseverare autem diabolicum* que, traduzida literalmente, significa “errar é humano, mas perseverar no erro é diabólico”. Esse axioma tenta atenuar uma culpa, um erro, uma queda moral: o erro de Lula seria não conhecer a universidade e, por isso, não amá-la. Na literatura clássica, se podem encontrar alguns precedentes em Livio (Storie, VIII, 35): “*Venia dignus est humanus error*” (“cada erro

humano merece perdãoo"), e Cicerone: "Cuiusvis est errare: nullius nisi insipientis, in errore perseverare" ("é coisa comum errar, é somente do ignorante perseverar no erro").

A primeira fonte cristã que está na base desta frase é, talvez, Sant'Agostino d'Ippona que em seus *Sermones* (164, 14) afirma: *Humanum fuit errare, diabolicum est per animositatem in errore manere* – "cair no erro é próprio do homem, mas é diabólico insistir no erro por soberba" –. O significado é claro: somos seres humanos e erros acontecem, erramos. Isto, todavia, não deve ser uma atenuante para justificar a permanência no erro, mas um convite a aprender com a experiência e para reduzir o número de erros cometidos. O que é usado por Mão Santa, em seu raciocínio sofismático.

Mão Santa constrói sua argumentação a partir das idéias contidas nessas citações. É o que podemos verificar na sequência construída no parágrafo sétimo de seu discurso, quando, logo após a utilização da expressão latina, diz o seguinte: "*Errare humanum est*, mas aquele telefonema foi o “cão” que entrou no espírito de V. Ex.^a. Tirar Cristovam Buarque?" Essa expressão latina vem sendo largamente utilizada pela humanidade como forma de justificar seus erros, mas ao mesmo tempo alertando para o fato de que não devemos permanecer em nossos erros. E, se isso ocorre, estamos praticando um ato diabólico. Mas o que vem a ser diabólico?

Ao pensarmos no Demônio sabemos que estamos diante de algo terrível, como a própria maldade humana. Por isso, temos a noção do Bem e Mal, apesar de não entendermos a que horas chega uma das duas coisas para nos beneficiar e proteger ou nos levar ao mais baixo nível que a vida humana pode suportar, ou seja, diabólico define a qualidade daquele que vem do “diabo”, do “demônio”, do anjo que se afastou de Deus, que se dedica a espalhar os males na terra, tais como inveja, cobiça, vaidade, soberba, luxúria, egoísmo e tantos outros. Clássicos históricos nos levam a crer que a maldade pode estar em qualquer lugar, mesmo ao

lado do bem, ou ainda ser a mesma figura, hora com aparência de anjo, hora com aparência maligna.

Nos textos produzidos pelo Senador Mão Santa encontra-se inúmeras citações desse tipo, que são uma característica dele. O recurso de utilizar as palavras do outro para dar suas próprias opiniões serve para agregar um argumento de autoridade, recurso lingüístico usado com a finalidade de convencer, tornando-o ainda mais persuasivo. A finalidade recursiva da intertextualidade é transformar o sentido do texto de modo a produzir efeito que desencadeie a adesão do leitor. Isso contribui provar a quem ouve e/ou lê, que as idéias que apresenta merecem credibilidade. Com isso, convence as pessoas, ao demonstrar que conhece bem o assunto de que está tratando e que o “povo” também conhece. Ele aproxima o que configura seus anseios e desejos dos anseios e desejos do povo.

Veja-se a ligação que se estabelece entre a expressão latina e a metáfora com que construiu o sentido de seu parágrafo. Entre o ato de errar e permanecer no erro há algo diabólico. Todos podem errar, mas quando diz “(...) aquele telefonema foi **o cão que entrou no espírito** de V. Ex.^ª”, está atribuindo ao Presidente da República a personificação do demônio. A representação popular do que seja o cão – foi o “**cão**” – ao passo que exima Lula da responsabilidade de ter feito o telefonema, personifica-o como sendo o próprio diabo, como capaz de coisas diabólicas, como o anjo decaído, aquele que persistiu e persiste no erro e que não merece perdão.

Ele pretende demonstrar com essa construção metafórica seguida à verdade contida na expressão latina que o Presidente Lula fez ao demitir o Senador Cristovam Buarque do cargo de Ministro da Educação foi um ato que, além de ser errôneo, tornou-se maléfico, diabólico mesmo. Como se o Presidente tivesse perdido totalmente a sua capacidade de compreensão e discernimento podendo ter o seu corpo, suas atitudes e seus pensamentos (metáfora do canal) tomados por um ser superior, de força incontrolável, a qual, aos humanos

não lhes é permitido resistir dada a intensidade e penetração de, como poderíamos imaginar, ou a força de Deus ou a força do Demônio. Isto é, mais uma vez, atribui ao Presidente da República a qualidade de inimigo maior do povo brasileiro e, muito mais do que isso, de frágil, sugestionável, passível de atitudes insanas, maléficas, fora de controle. Somente uma pessoa que não tem controle de suas atitudes, pensamentos ou emoções seria alvo fácil do Demônio porque ele diz que o **“cão”** entrou no espírito do Presidente da República.

Mão Santa continua insistindo em sua avaliação da atitude de Lula no parágrafo oitavo em “A história, a origem, tirar um homem da cultura de S. Ex.^a **foi coisa do cão, foi inspiração do cão**. Não sei quem o inspirou, mas não foi coisa de Deus”. Ora, o Senador, no parágrafo anterior utiliza a metáfora para construir sua argumentação de que o Presidente associa-se ao mal tendo mesmo personificado a figura do **“cão”**, uma vez que aquele entrou em seu espírito, assim o Presidente não seria mais ele mesmo quando tomou a atitude de demitir o Senador Cristovam Buarque do cargo de Ministro da Educação por ter o Senador acionado, à época anterior a sua demissão, uma greve de estudantes para pressionar o Governo. O Senador, ao mesmo tempo em que, pela metáfora, atribuiu a Lula a condição de demônio em **“foi coisa do cão, foi inspiração do cão”**, logo em seguida, tenta amenizar sua afirmação recuando em sua argumentação quando diz “Não sei quem o inspirou, mas não foi coisa de Deus”. Vê-se que Mão Santa, tenta aliviar o peso da metáfora anteriormente construída evoluindo para uma afirmação mais amena de que, alguém que ele Senador não conhece, talvez a cúpula orientadora de suas decisões ou alguma outra pessoa, ter inspirado o Presidente, mas ainda assim continua insistindo com a repetição de sua metáfora que a atitude tomada pelo Presidente ao demitir Cristovam Buarque não foi coisa de Deus. Portanto, não foi algo bom, sensato, correto, apreciável e tolerável aos olhos de seus eleitores.

Outra ocorrência bastante significativa de uso de metáfora no texto do Senador é a que ocorre no parágrafo 13 quando diz:

Ô Lula, Vossa Excelência trabalhou muito menos do que eu. Eu sei que foi um acidente. Sou generoso, sou médico cirurgião. Com poucos dias de trabalho, cortou o dedo e aposentou-se. Trabalhou muito pouco. Estudou também muito pouco. Mas, **eu me curvo e me rendo**: Vossa Excelência, Presidente Lula, **é PhD em greve**. Ninguém entende mais de greve do que Vossa Excelência. Quantas Vossa Excelência fez? Mas quer dizer que só aprendeu a fazer, não aprendeu a acabar? **O feitiço está virando contra o feiticeiro**? Eu não admito isso.

Aqui, o Senador utiliza-se de vários recursos lingüísticos para construir o sentido daquilo que quer realmente dizer. Em primeiro lugar, textualiza uma rendição em **“eu me curvo e me rendo”**, como se estivesse reverenciando Lula. Vê-se que Mão Santa internaliza, nessa afirmativa, os elementos contidos na metáfora conceptual “Discussão é Guerra” tão abordada por Lakoff Johnson em sua obra e que está presente na linguagem cotidiana das pessoas em muitas expressões por elas utilizadas.

Na verdade, o Senador não está, naquele momento, nem se curvando fisicamente nem se rendendo como se fosse prisioneiro de uma guerra ou de um conquistador ao qual tivesse que se submeter. Ele apenas utiliza a metáfora para, ironicamente, dizer que reconhece o fato de que Lula, tendo em vista toda a sua trajetória política, desde os tempos em que era sindicalista no ABC Paulista, em que lutou contra a ditadura, esteve frente a várias greves de metalúrgicos, é mais do que um simples conhecedor de greves. **“É PhD em greve”**.

Anteriormente, no parágrafo 4º ele diz que o Presidente não pode amar a universidade por não conhecê-la e orienta sua argumentação para o fato do Presidente ter muito mais formação, conhecimento e capacidade de administrar as greves do País (faz uma intertextualidade com o passado de grevista de Lula), porque ele não está conseguindo administrar aquela das universidades, mas deveria ter o controle e solução para a situação dada toda a sua experiência na área de greves praticadas por ele mesmo quando de sua militância no ABC Paulista. O que Mão Santa pretende com esse artifício é desmoralizar ainda mais o Presidente por uma metáfora irônica em que atribui a Lula, pode-se deduzir isto, a qualidade de profissional de greves, enfim, um vagabundo, arruaceiro, indigno de crédito,

uma vez que os grevistas de uma forma em geral não são vistos com bons olhos pela classe dominante de um País porque com suas greves e paralisações atrapalham, provocam a ruptura em todo um sistema socialmente, politicamente e economicamente estabelecido, gerando a desordem, o caos social..

Mão Santa reforça seu argumento no mesmo parágrafo quando levanta o fato de Lula ter cortado o dedo em um acidente, ter se aposentado, ter trabalhado e estudado muito pouco e de ter trabalhado muito menos do que o Senador. E, tanto mais séria é a sua avaliação do Presidente que, a seus olhos, é um PhD em greves. O Presidente nunca foi à universidade, não a conhece, não pode amá-la, mas ser um PhD em greves, isto sim, ele o é perfeitamente. Então, o que ele quer mesmo dizer é que o Presidente é um incompetente, que soube muito bem ser contra o poder dominante na época em que era ativista, mas que como Chefe da Nação não pode sequer administrar aquilo que ele mais conhece, mais fez e do que mais tem experiência e prática.

O Senador, ainda no parágrafo 12, logo após as perguntas irônicas “Quantas Vossa Excelência fez? Mas quer dizer que só aprendeu a fazer, não aprendeu a acabar?” utiliza-se da expressão popular **“O feitiço está virando contra o feiticeiro?”** em forma interrogativa. Esta expressão popular, em sua forma original, é **“o feitiço virou contra o feiticeiro”** e Mario Prata (2003, p. 124) dá o seguinte significado para a expressão: “recaírem as conseqüências dum ato sobre quem o praticou pensando prejudicar outrem”. A origem da expressão vem de “feiticeiro” como homem que encanta , seduz, atrai. Sabe-se que, ao longo da história da humanidade, os chamados “feiticeiros” não tem sido vistos com bons olhos pelas pessoas. Exemplo maior disso é aquele em que a Igreja Católica declarou guerra aos hereges, ou seja, àqueles que se manifestassem contra o seu poderio, tendo prendido, torturado e matado muitas pessoas sob vários argumentos, mas também pelo de que pessoas que possuíssem “poderes” paranormais, de cura, de premonição, clarividência, clariaudiência

ou qualquer outro tipo que se identificasse como magia, deviam ser banidas do convívio social e serem punidas severamente dentro das câmaras de tortura e calabouços da Inquisição como o que ocorreu com Joana D'Arc que, sob a acusação de ser bruxa, foi queimada em praça pública na França. Nos dias atuais, ainda existe, é claro que em menor escala, preconceito contra as pessoas que tenham esse tipo de capacidade especial de curar, de prever o futuro, de ler cartas, de ler as mãos, de ter sonhos com premonição ou outras similares.

Mão Santa utiliza a expressão popular colocando-a em forma interrogativa ao perguntar para Lula **“O feitiço está virando contra o feitiçeiro?”**. Daí, pode-se deduzir, primeiramente, que Mão Santa, associa a figura de Lula e suas atitudes às de um feitiçeiro, alguém capaz de iludir os outros por atos de magia, seja benéfica ou maléfica, mas como ele já afirmou anteriormente que Lula ao demitir Cristovão Buarque do cargo de Ministro pelo telefone agiu como o “cão”, certamente que o feitiço de Lula que era o de fazer muitas greves está agora neste momento virando-se contra ele mesmo. Então, a sua atitude do passado está pondo em prova sua capacidade de, no lado oposto da greve universitária, saber lidar ou não com a situação e de resolvê-la da melhor forma possível. Nota-se ainda o caráter irônico da expressão metafórica usada por Mão Santa porque o feitiço não é um ser que possa se voltar contra o seu produtor, o seu feitiçeiro e suplantá-lo a ponto de torná-lo vítima de sua força. Assim, o Senador quer dizer que Lula está bebendo do seu próprio veneno, é vítima de sua postura no passado e não sabe como agir diante daquilo que ele tanto elaborou e participou em sua vida.

A força argumentativa dessa expressão popular metafórica **“O feitiço virou contra o feitiçeiro?”** está claramente delineada na utilização feita pelo Senador Mão Santa que, mais uma vez, atribui características maléficas ao Presidente Lula e, via de consequência, que ele deveria ser banido, expurgado do cargo de Presidente da República por não saber lidar com situação de grevistas, no caso, os professores das universidades. E, como é se poderia

confiar em alguém um feiticeiro que tem a capacidade de ter seu feitiço virado contra si mesmo? Não, o Presidente Lula, além de iludir a Nação, não tem a capacidade sequer de lidar com seus feitiços, ou seja, suas atitudes, sua forma de agir anterior, sua maneira de pensar e trajetória que, por meios de greves e de defesa da classe trabalhadora a que pertencia, sua luta ferrenha na defesa de seus direitos, fatos esses que o levaram à Presidência da República. Essa foi e tem sido a sua bandeira: a defesa dos trabalhadores brasileiros e melhoria das suas condições de vida e de trabalho.

Passa-se, em seguida, ao levantamento e análise de algumas metáforas e expressões populares ou outras encontradas no texto proferido pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, não sem antes se fazer, como o foi no caso do Senador Mão Santa, uma rápida abordagem sobre sua pessoa, sua trajetória política e sua pessoa enquanto político com uma longa carreira na vida política do País.

3. 2 O discurso do Senador Antônio Carlos Magalhães

O Senador Antonio Carlos Magalhães (doravante ACM), 77 anos, do Partido da Frente Liberal da Bahia, é conhecido como o último dos grandes coronéis¹ brasileiros. Em seus quase 50 anos de política, ACM acumulou fortuna e poder. Primeiro, servindo fielmente à ditadura militar e, em tempos democráticos – afirmam muitos comentaristas do mundo político –, prestando favores e subjugando governantes fracos.

Ele é conhecido pela capacidade de acometer seus adversários de forma irônica e pelo uso recorrente de metáforas. Tem o hábito de destacar dadas palavras de seu discurso com um tom mais alto, alongando cada sílaba e fazendo pausas após aquilo que enfatizou. Sua voz, gestos e argumentação se fundem, contribuindo para a construção dos sentidos e

¹ São chamados “coronéis” aquelas figuras políticas que, no Brasil, herdaram poderes e o autoritarismo das velhas capitânias hereditárias implantadas pelos portugueses no século XVI.

mostrando que a utilização de determinadas estruturas lingüísticas nos apresentam um leque de interpretações e contradições, que também podem ser verificadas nas entrelinhas (implícitos). Busca-se, então, mostrar aqui os recursos argumentativos que parlamentares como ACM utilizam para persuadir o interlocutor do seu discurso, tais como a metáfora e as expressões populares, focos da análise a que se propõe este trabalho.

Ao analisar as metáforas e expressões nos discursos de Antônio Carlos Magalhães, deve-se se situar quanto à formação discursiva e ideológica do autor – marcadoras da intencionalidade do sujeito –, para que se possa fazer uma análise mais apropriada de suas palavras. Convém não esquecer sua história enquanto sujeito de discursos, como, por exemplo, seu “devotado empenho” na cruzada anticorrupção, antipobreza, antinepotismo. É importante ter em mente também que é comentário geral no mundo político brasileiro que ACM mandou e desmandou nas administrações dos presidentes José Sarney e Fernando Collor e, durante os seis últimos anos, no governo Fernando Henrique Cardoso. Além disso, como Ministro das Comunicações de Sarney, ele promoveu um festival de concessões de emissoras de rádio e televisão, consolidando sua força política em todo o País e uma relação toda especial com a grande mídia nacional. Todos esses são dados importantes para esta análise.

No fragmento a seguir, produzido pelo Senador, em 30 de janeiro de 2006, ele faz alusão à majoração do salário mínimo no País. Pode-se verificar, neste trecho, que as metáforas em destaque desempenham um papel fundamental na sua argumentação:

1 Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo a esta tribuna para, mais uma vez, reclamar do valor do salário mínimo que o Presidente da República vai enviar e sobre o qual vai fazer saudações, pela televisão, aos trabalhadores brasileiros.

2 É um salário indigno do trabalhador, e se a CUT o **aceitou**, ela é um elemento mais **contra** o trabalhador do que a favor. O trabalho da CUT deveria ser como o meu aqui, como o do Senador Paim: **nós que lutamos** por um salário mínimo decente para o trabalhador brasileiro.

3 **Eu mesmo lutei**, desta feita, para que fosse fixado em R\$400,00, mas aceitaria R\$385,00. Mas o Governo com a sua crueldade em relação àqueles menos

favorecidos, fixou-o em R\$350,00, e ainda há quem venha a aplaudir isso!
(MAGALHÃES, 2006, grifos meus)

Pode-se observar nos três casos de metáfora apontados, que o Senador sistematiza o uso de expressões-chave, como **aceitou, contra, nós que lutamos, eu mesmo lutei**, de modo a dar a entender, ainda que de maneira subliminar, que existe uma guerra entre o Governo e ele próprio. Ele faz isso, mostrando-se sub-rogado na defesa do povo brasileiro, de seus interesses, de seu bem-estar e de sua própria vida. Em um País em que grande parte da população brasileira ainda sobrevive com um salário mínimo que não satisfaz suas próprias necessidades vitais básicas e, muito menos, às de sua família (cf. art. 7º, IV, CF), ACM se propõe o grande cavaleiro, salvador da pátria e de seus cidadãos. Ele, “o grande cavaleiro”, se contrapõe ao Governo, de maneira frontal – ele luta contra; lutou e continua lutando –, a fim de defender um salário digno para os trabalhadores brasileiros, seus protegidos (dele, ACM).

Retomando Lakoff e Johnson (2002, p. 46), temos que a construção metafórica de uma discussão como uma guerra, pelo uso de expressões como ‘suas afirmações são indefensáveis’, ‘ele atacou cada ponto fraco do meu argumento’, ‘suas críticas foram direto ao alvo’ ou ‘eu demoli seu argumento’. E o que se observa claramente do trecho destacado do Senador Antonio Carlos Magalhães é que S. Ex.^a estrutura essa parte de seu discurso pelo conceito de guerra. Sua fala está repleta de expressões que retomam e reforçam esta metáfora (**aceitou, contra, nós que lutamos e eu mesmo lutei**) e que é um modo muito peculiar desse Parlamentar construir seus discursos/textos, sempre se sub-rogando na condição de defensor do povo brasileiro.

O Senador continua defendendo a sua tese de salvador da pátria quando, no parágrafo 6, diz “**Lutamos** e fizemos a Universidade do Recôncavo, que ele ameaçou, inclusive, com o veto. Agora, aparece como o homem que realizou mais uma universidade na Bahia”. Antonio Carlos Magalhães continua conceituando a sua atividade como Parlamentar

com evidências de quem está sempre participando de uma guerra. Esta é uma característica muito forte em sua argumentação, na construção dos sentidos de seus discursos de ataque ao Presidente da República. Ele refere-se, no caso do presente parágrafo, ao fato de o Presidente ter ameaçado a construção da Universidade do Recôncavo, idealizada por ACM e, a qual, até foi ameaçada com o veto do Presidente da República. Vê-se, aqui, a ligação existente entre o discurso de Mão Santa quando desclassifica o Presidente, tentando mostrar à Nação como um todo que o Presidente não é amigo da educação, não é amigo dos estudantes, não é amigo da sociedade brasileira. É o mesmo que faz ACM só que internalizando a sua atitude pelo conceito metafórico de “Discussão é guerra”. Ele **lutou** pela Universidade do Recôncavo, o Presidente quase a vetou. Ele é o bonzinho, amigo da educação. O Presidente, é o inimigo, aquele a quem se deve combater principalmente por aparecer como fazedor de mais uma universidade na Bahia, aparecer mais do que ACM na Bahia, na área de atuação política do Senador. Ele, ao final do parágrafo, coloca Lula como inimigo da Bahia e amigo dos outros Estados como é o caso de Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Então, ele quer dizer que, da Bahia, dos estudantes da Bahia, do povo da Bahia, ele é o protetor e, Lula, seu algoz.

Ele prossegue na construção da argumentação de seu texto, sempre com a intenção de denegrir a imagem do Presidente e, para isso, enuncia no parágrafo 7:

7 Ele não sabe, realmente, o que é equidade e não sabe o que é o ensino universitário, até porque **tinha horror a esse ensino**, tanto que não quis nunca cursar uma universidade ou mesmo o ensino fundamental. Desse modo, falta-lhe autoridade pessoal para discutir ensino. E, portanto, a maldade que ele faz aos professores é porque ele nunca teve professor, não gostava de estudar, mesmo depois que teve oportunidade, quando o Partido lhe pagava uma pensão boa. Nem estou falando de "valerioduto". Desse negócio de "valerioduto", eu realmente não falo. Ele é responsável pela negligência, mas não é beneficiário, eu acredito, do dinheiro do "valerioduto". Mas já é outra época da vida dele, o "valerioduto" chegou depois. Antes, ele tinha realmente **horror ao ensino**. Ele nunca pediu uma escola para o ABC, nunca pediu nada disso para os operários, mas vem gastar R\$156 milhões em publicidade para isso.

Observa-se que, no uso da metáfora “**tinha horror ao ensino**”, ACM atribui ao ensino a qualidade de ser algo terrível, macabro e que possa causar horror, um medo enorme,

pânico em alguém. Infere-se daí que ACM qualifica Lula de medroso, fraco e incapaz porque o estudo algo tão belo, fascinante e útil pode se transformar em um monstro, uma besta a quem todos apavora e afugenta, a ponto de fazer as pessoas fugirem da escola. No caso, ele se refere a Lula que nunca quis freqüentar o ensino fundamental e a universidade. No conceito de ACM, Lula seria, além de débil alguém sem conhecimento, sem cultura, sem educação não podendo discutir ensino com quem quer que seja muito menos com os professores a quem ele pratica maldades. Aliás, a maldade ele estaria praticando não só com os professores, mas com os trabalhadores brasileiros que sobrevivem com um salário mínimo. No entanto, o Presidente vai gastar cento e cinquenta e seis milhões em publicidade. ACM constrói e reafirma a imagem do Presidente como um homem que é realmente inimigo dos trabalhadores do Brasil que vivem com um salário mínimo porque só pensa em si próprio e na promoção de sua imagem. Majorar o salário mínimo de maneira melhor ele não pode, mas gastar milhões em publicidade, isto sim, é possível.

Ainda no parágrafo em análise pode-se observar a seguinte afirmação:

E, portanto, a maldade que ele faz aos professores é porque ele nunca teve professor, não gostava de estudar, mesmo depois que teve oportunidade, quando o Partido lhe pagava uma pensão boa. Nem estou falando de "valerioduto". Desse negócio de "valerioduto", eu realmente não falo. Ele é responsável pela negligência, mas não é o beneficiário, eu acredito, do dinheiro do "valerioduto". Mas já é outra época da vida dele, o "valerioduto" chegou depois.

ACM refere-se ao fato de Lula receber no passado uma pensão boa do partido e, ele tenta mostrar com isso, que esse fato ele nem considera tão grave assim, porque pior é o fato de o Presidente estar envolvido, embora ele não acredite, na atual crise política do “valerioduto”, crise que foi desencadeada quando um funcionário dos Correios recebeu propina. Trata-se da existência de um esquema de cobrança de propina na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, operado por funcionários indicados pelo presidente do PTB, deputado Roberto Jefferson (RJ). Um dos principais homens de confiança do ministro José Dirceu (Casa Civil) negociava com bicheiros o favorecimento em concorrências, em troca de

propinas e contribuições para campanhas eleitorais e gerou a maior crise até agora no governo de Luiz Inácio Lula da Silva.

No entanto, o que se observa mesmo é a força argumentativa que assumiu a metáfora **“horror ao ensino”** dentro do trecho selecionado. ACM personifica o ensino e a personificação é tratada por Lakoff e Johnson como um tipo de metáfora, pois a concepção de *metáfora ontológica* é empregada também para as situações em que entidades não humanas são especificadas como se fossem pessoas como, por exemplo, teorias, doença, inflação etc. Veja-se s exemplos:

“A doença dele está me matando”, “A inflação roubou minhas economias”, “O conceito é metaforicamente estruturado; a atividade é metaforicamente estruturada e, conseqüentemente, a linguagem é metaforicamente estruturada”.

As metáforas ontológicas podem ser muito mais elaboradas, embora possam não ser identificadas como metáforas. Uma razão disso é que as metáforas ontológicas servem a uma variedade limitada de objetos como referir e quantificar. A metáfora **“horror ao ensino”** cria uma imagem altamente negativa do Presidente do País que nunca gostou e nem gosta de estudar. Ele transmite a mensagem indireta de que o que deve interessar à Nação como um todo é que se tenha á frente do maior cargo político do País uma pessoa inteligente que tenha tido uma educação formal, regular, que tenha freqüentado a escola fundamental e também a universidade e não alguém como Lula, que apesar de toda a sua história de luta, não seria capaz de dirigir os destinos do País.

Há ocorrência de outras metáforas no parágrafo 9, a saber:

9 Aqui estão o Senador Arthur Virgílio e o Líder do meu Partido, o Senador José Agripino. Nós estamos atentos a tudo, porque isso representa a verdade que veio à tona. Por causa da imprensa, nos meses de dezembro e de janeiro, **atacando**, muitas vezes desnecessariamente, o Congresso e seus Presidentes em razão da convocação - que não digo que foi feliz ou infeliz, mas a data foi infeliz, **e todo dia se atacava o Congresso** -, parecia que o Lula era o bonzinho e **o Congresso era o anjo mau da República**.

ACM evolui em seu discurso de ataque ao Governo Lula, mas neste parágrafo, assume, ao contrário da posição assumida anteriormente de ter lutado por um salário mínimo para os brasileiros, passa, agora, à condição de vítima, como membro do Congresso Nacional. Diz claramente que a Imprensa está “**atacando**” e “**e todo dia se atacava o Congresso**” o Congresso Nacional quando aquela, na verdade, noticia que mais uma vez houve convocação extraordinária no Congresso Nacional e que, com isso, os Parlamentares recebem muito mais do que o de costume e, que, na verdade, não haveria necessidade de mais uma convocação para votar as matérias ainda em pauta e que não foram votadas durante o ano. ACM faz parte do Congresso e se sente igualmente “**atacado**” pela Imprensa ao participar como Parlamentar da convocação extraordinária como se os maus pela situação de crise que passa o País fosse culpa do Congresso e da convocação extraordinária, quando, na verdade, é do Governo e sua cúpula que, aos poucos, a verdade do esquema de corrupção chamado de “valerioduto” estava acontecendo por trás dos bastidores do Palácio do Planalto, envolvendo funcionários da Agência Brasileira de Correios e Telegrafos, o Deputado Roberto Jefferson, o Chefe da Casa Civil, José Dirceu, Paulo Okamoto e outros, todos ligados diretamente ao Governo Lula.

ACM finaliza o parágrafo com a metáfora “**o Congresso era o anjo mau da República**” em que faz referência a um simbolismo cultural e religioso em que substitui o Congresso pelo **anjo mau**. Anjo mau, como já se disse antes, faz parte da concepção cultural cristã que se refere ao demônio, aquele que se rebelou contra Deus. Assim, é que ACM tenta mostrar que a Imprensa, ao atacar o Congresso, queria demonstrar que o bonzinho era o Governo e o Congresso o anjo mau, aquele que merecia ser combatido por causa da convocação extraordinária. O anjo do mal é concebido como feio, desagradável, grosseiro e, sobretudo, causador de intrigas, doenças, pobreza, males, loucura e morte. Seu habitat é o inferno que significa sofrimento e dor, é idealizado por uma figura grotesca, muitas vezes deformada, pegando fogo, com chifres e rabo, de coloração avermelhada, enfim, algo

medonho, pavoroso. Então, no pensar de ACM, a Imprensa estaria atribuindo todas essas qualidades ao Congresso Nacional e a seus membros Parlamentares. Seriam todos maus, o que ele tenta mostrar que não é verdade ao longo de seu discurso e que principalmente ele, ACM, é amigo e defensor dos brasileiros.

3.3 Considerações sobre os discursos de Mão Santa e Antônio Carlos Magalhães.

Um dos fatos mais importante a ser observado nos dois textos, tanto o do Senador Mão Santa e o do Senador Antonio Carlos Magalhães é que ambos foram produzidos em um momento muito tumultuado do Governo Lula. Os dois discursos/textos foram proferidos em datas muito próximas uma da outra. O discurso do Senador Mão Santa em 02 de dezembro de 2005 e o do Senador ACM em 30 de janeiro de 2006. O Senador Mão Santa faz referência em seu discurso à greve dos professores das universidades por salários melhores que já estava durando quatro meses, após Lula ter demitido o Ministro Cristóvam Buarque do MEC por telefone e, no momento em que o Chefe da Casa Civil, José Dirceu, foi cassado.

O discurso de ACM é para falar da majoração do salário mínimo e de sua defesa a um salário mínimo melhor que aquele proposto pelo Governo. O momento político, histórico e social em que ocorrem os dois discursos é aquele em que sérias acusações, denúncias e intrigas aparecem no cenário nacional para mostrar apenas o começo de, talvez, um dos maiores esquemas de corrupção existente num governo.

O Deputado Roberto Jefferson, tendo sido acusado em reportagem da revista **Veja**, em maio de 2005, de estar envolvido no esquema de corrupção dos Correios, revela, em junho, ao Jornal **Folha de S. Paulo**, a existência de uma prática de pagamento mensal de trinta mil Reais a deputados da base aliada ao Governo Lula – especialmente aos deputados do PP e do PL – em troca de apoio político ao Governo. Surge então o termo “mensalão” para

designar tal suborno. Este era somente o início de uma série de denúncias e de acusações do esquema de corrupção existente, envolvendo quantias enormes de dinheiro público que iam e vinham em malas, caixa dois e, até, em cuecas cheias de dólares, literalmente.

Destaca-se ainda outra figura importante do esquema, a quem, tanto Mão Santa como ACM fazem referência em seus textos, que seria o cérebro que comandava todo o esquema do mensalão: José Dirceu, à época Ministro-Chefe da Casa Civil. O esquema de corrupção foi, aos poucos, sendo revelado por Roberto Jefferson e promoveu uma devassa na reputação de um partido político cuja maior e mais defendida bandeira sempre fora a moralidade e a ética.

Verifica-se que os textos-objeto do presente estudo e, a par das teorias lingüísticas e de argumentação de textos, aí incluindo-se a metáfora e expressões populares ou outras como instrumentos lingüísticos relevantes na construção de sentidos dos textos em análise, elas foram utilizadas como mecanismos sutis de manipulação e de conseqüente dominação. Tais estratégias mostram-se capazes de produzir efeitos na construção das verdades elaboradas pelos dois Senadores e, tanto metáforas como expressões populares ou não são utilizadas por nossos políticos, seja de esquerda ou de direita, com a finalidade de camuflar, manipular e de confundir a realidade.

O convencimento do público alvo dos dois Senadores também pode ser atingido pelo uso de metáforas e de expressões populares e/ou outros tipos de expressões, além da utilização de outros recursos argumentativos. Metáforas e expressões populares, pelo que se observa, são artifícios da linguagem capazes de convencer, de emocionar, de envolver o público a quem o texto se destina.

Desvendar que a utilização de metáforas e de expressões populares como mecanismos de construção de sentidos no discurso de cada um dos Senadores, seja Mão Santa, seja Antonio Carlos Magalhães, suas estratégias de persuasão na manutenção de uma

prática de dominação do outro tornou-se particularmente um desafio porque o objetivo geral deste trabalho é investigar e os efeitos dos sentidos das metáforas e expressões populares nos textos políticos apresentados e, via de consequência, descobrir os mecanismos de persuasão, manipulação e ocultação da verdade, que visam unicamente à manutenção do *status quo* de grupos privilegiados no poder.

Necessária, portanto, se faz uma conscientização de que o discurso político também representa persuasão, poder e perpetuação de uma prática constante de dominação. É preciso compreender isso para poder cobrar posturas mais sérias, mais adequadas e mais éticas de nossos representantes. Com a consciência crítica, com uma análise crítica de tudo aquilo que nos é apresentado pela classe política brasileira por meio de suas declarações, de seus discursos e de seus textos é que teremos condições de avaliar o que eles dizem, como se comportam e qual a sua postura verdadeira diante da sociedade brasileira como um todo.

CAPÍTULO 4

CONCLUSÃO

Ao término do presente trabalho verifica-se que a linguagem política é também elaborada por metáforas, que exercem influência significativa na constituição de textos políticos, como forma de argumentação e de persuasão de seus ouvintes/leitores. Isso se mostra pela análise desses textos, como feito neste trabalho.

Com base nesse pequeno *corpus*, não se pode afirmar categoricamente a ampla presença de metáforas e de expressões populares nos textos produzidos pelos Parlamentares de uma forma em geral, mas pode-se dizer que essa análise aponta para um fato bastante significativo nestes textos: sua argumentatividade, seu desejo óbvio de persuasão de seus interlocutores – tanto os demais parlamentares, quanto o povo. Pode-se também considerar o fato, muito conhecido, de que o discurso político busca aproximar o autor/orador de seu interlocutor, por meio de palavras que esse interlocutor conhece e usa. Tais palavras são, freqüentemente, utilizadas de maneira enfática de modo a formar o convencimento do ouvinte/leitor.

O sistema conceitual do ouvinte/leitor pode ser, portanto, influenciado tanto do ponto de vista positivo, quanto do ponto de vista negativo. Isso vai depender do modo como o orador/autor constrói seu texto e de como ele utiliza, por exemplo, as metáforas e expressões populares dentro dele. Um orador experiente, que constrói bem seu texto, que usa elementos lingüísticos para persuadir, pode fazer com que seu interlocutor mude de idéia a respeito de dados assuntos ou que ele simplesmente, sem refletir muito, acate e faça proliferar discursos e ideologias da elite dominante. O leitor/ouvinte é quem deve cuidar para, conhecendo os mecanismos lingüísticos de persuasão e de dispersão da ideologia, possa fazer escolhas mais conscientes a respeito da ruptura com esses discursos ou de sua continuidade.

Pela análise feita neste trabalho, pode-se afirmar que o emprego recorrente de metáforas em textos políticos influencia direta ou indiretamente a reafirmação e a construção de uma prática social de dominação por parte dos Parlamentares e que a força argumentativa desses fatos de linguagem exerce um papel importante na estruturação de pensamentos, quase sempre com a finalidade de manter e de perpetuar o poder político constituído e suas práticas de dominação em nossa sociedade. Há ainda, com o uso recorrente de tais recursos, uma busca clara de aproximação do discurso político do discurso popular e de fazer com que as pessoas incorporem em sua vida cotidiana aquelas práticas ideológicas defendidas pelos Parlamentares. Isso inclui, grande parte das vezes, o ato de votar neles nas eleições, dando continuidade ao seu poder de persuadir e de barganhar com o governo em troca disso.

Assim é que a presente pesquisa buscou atingir os fins a que se propunha, tendo demonstrado como se constrói a carga significativa e o mecanismo de persuasão por meio das metáforas e expressões populares em textos políticos dos parlamentares brasileiros Mão Santa e Antônio Carlos Magalhães, produzidos no Senado Federal. Essa análise aponta para o fato de que o uso de metáforas e de expressões populares em textos políticos contribui, sim, para a construção e a manutenção de uma prática social de dominação das mais variadas classes sociais brasileiras. O que parece inocente, porque corriqueiro, na verdade não é.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Mauro. *Filosofia dos pára-choques*. Recife: Mec, 1963.
- ALTHUSSER, L. Ideologia e aparelhos ideológicos de estado (notas para uma investigação)
In: ŽIŽEK, S. (Org.) (1996). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- BAKHTIN, M. *Os Gêneros do Discurso*. In: *Estética da criação verbal*. Martins Fontes: São Paulo, 1992.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral*. Vol. I e II. Campinas: Pontes, 1995.
- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- CASCUDO, Luís da Câmara. *Locuções Tradicionais no Brasil*. São Paulo: Global, 2004.
- _____. *Locuções Tradicionais no Brasil*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.
- _____. *Coisas que o povo diz*. Rio de Janeiro: Bloch, 1968.
- CUNHA, C; CINTRA, L. *Nova Gramática do português contemporâneo*. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- DAYOUB, Khazon Mirched. *A ordem das ideias: palavra, imagem, persuasão. A retórica*. São Paulo: Manole, 2004.
- DUCROT, O. *Princípios de Semântica Linguística (dizer e não dizer)*. São Paulo: Cultrix, 1978.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

FERREIRA, A.B.H. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. 2 ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira S.A, 1986.

FILIPAK, Francisco. *Teoria da Metáfora*. Curitiba: HDV, 1983.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

GLEASON, Norma. *Provérbios do mundo todo*. Rio de Janeiro: Gryphus, 1998.

GUIMARÃES, Eduardo. *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*. Campinas: Pontes, 1995.

_____. *Semântica do acontecimento*. Campinas: Pontes, 2002.

HALLIDAY, M.A.K. Spoken and Written Modes of Meaning. *Media texts. Authors and Readers*. David Graddol, Boyd. Barrett. The Open University, 1993.

IBIAPINA, Fontes. *Paremiologia Nordestina*. 2. ed. (rev. e aum.). 1982.

ILARI, Rodolfo; Geraldi, João Wanderley. *Semântica*. São Paulo: Ática. 7ª Edição.

KATO, M. *No Mundo da Escrita. Uma Perspectiva Psicolinguística*. São Paulo: Ática, 1986.

KEMPSON, R. *Teoria Semântica*. São Paulo: Zahar, 1980.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2000

_____. *Argumentação e linguagem*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. *Introdução à lingüística textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. DE A. *Metodologia científica*. 2. ed. rev. e aum. São Paulo: Atlas, 1991.

LAKOFF, George e JONHSON, Mark. *Metaphors we live by*. Chicago: The University of Chicago Press, 1980.

_____. *Metáforas da Vida Cotidiana*. São Paulo: Mercado de Letras, Educ, 2002.

MAGALHÃES, Antonio Carlos. *Críticas ao novo valor do salário mínimo de R\$350,00*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/pronunciamento/consulta.asp?>>>. Acesso em 14 fev. 2006.

MAGALHÃES, I. *Introdução: a análise do discurso crítica*. D.E.L.T.A., nº 21: Especial, p. 1-9, 2005.

MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências de Análise do Discurso*. 3. ed. Campinas: Pontes, 1997.

MOTTA, Leonardo. *Adagiário brasileiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005a.

_____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1996.

_____. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2005b.

OSAKABE, Haquira. *Argumentação e Discurso Político*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

PEDRO, E. *Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos*. In: PEDRO, E. (Org.) *Análise do discurso crítica*. Lisboa: Caminho Editorial, 1997.

PERELMAN, C; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

POLITO, Reinaldo. *A influência da emoção do orador*. 1ª ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

PONTES, Eunice. *A Metáfora*. 2. Ed. Campinas: Unicamp, 1990.

_____. O "Continuum" língua oral e língua escrita: por uma nova concepção do ensino. *Trab.Ling.Apl.* Campinas, (12):101-107, jul./dez. 1988.

POSSENTI, Sírio. *Discurso, estilo e subjetividade*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PRATA, Mário. *Mas será o Benedito? Dicionário de provérbios, expressões e ditos populares*. 18. ed. São Paulo: Globo, 2003.

SACKS, Sheldon (Org.). *Dá metáfora*. São Paulo: Educ/Pontes, 1992.

SALOMON, D. V. *Como fazer uma monografia*. Belo Horizonte: Interlivros, 1979.

SANTA, MÃO. *Necessidade de uma solução para a greve nas universidades*. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/sf/atividade/Pronunciamento/Consulta.asp?>>. Acesso em 15 fev. 2006.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. São Paulo: Cortez, 1982.

SILVA, D. E. G; VIEIRA, J. A (Org.). *Análise do discurso: percursos teóricos e metodológicos*. Brasília: Plano, 2002.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

VALLE, Álvaro. *À noite todos os gatos são pardos: antologia de provérbios*. Rio de Janeiro: Léo Christiano, 1996.

VILELA Mário. *Metáforas do nosso tempo*. Coimbra: Almedina, 2002.

ANEXOS

Anexo 1: Discurso proferido pelo Senador Mão Santa, em 02 de dezembro de 2005, da tribuna do Senado Federal.

Anexo 2: Discurso proferido pelo Senador Antonio Carlos Magalhães, em 30 de janeiro de 2006, da tribuna do Senado Federal.

ANEXO 1

1 **O SR. MÃO SANTA** (PMDB - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Tião Viana, Senadoras e Senadores, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação do Senado Federal, agradeço a cessão desse extraordinário Senador do Maranhão, o grande Lobão.

2 Quis Deus estar presente nesta reunião o Senador Alberto Silva. Senador Alberto Silva, eu iria começar com uma mensagem, que aprendi na Universidade de Itajubá, dirigindo-a ao Presidente Lula. Olha, mandaremos colocar em todos os educandários do Piauí aquela mensagem, Senador Cristovam Buarque, o ensinamento de Theodomiro Santiago, fundador da Escola de Engenharia de Itajubá. Presidente Lula, não precisa nem ir lá; estou facilitando as coisas. "Revelemo-nos mais por atos que por palavras para sermos dignos deste grande País".

3 O Lula fica só... Fala, fala, fala, fala. E os atos? Atentai bem, Presidente Lula. Sou contra. Já o chamaram de bandidão. Não, não, não, não. Já quiseram lhe dar uma surra, e outros acompanharam. O companheiro de V. Ex^a recebeu uma bengalada na cabeça. E faço uma pergunta: será que essa bengalada não deveria ter sido na cabeça do Lula?

4 Professor Heráclito Fortes, oratória - olha, e S. Ex^a fala como nós, o linguajar do povo: quem ama cuida. Alberto Tavares Silva ama o Piauí e ama a mulher Florisa. Agora, atentai bem. Ô, Tião Viana, para amar é preciso conhecer. Não é óbvio, Professor Cristovam Buarque? Sei que o Presidente Lula não pode amar a universidade, porque não a conhece, mas estamos aqui para fazê-lo conhecer. É um direito que eu tenho, porque trabalhei, Lula, muito para Vossa Excelência ser Presidente da República.

5 Senador Alberto Silva, este País já teve precisamente 54 ministros da Educação. Nomes extraordinários. Dizer quem é o melhor é difícil, mas o pior ministro da Educação em toda a história é esse mocinho que está aí. Não tem, não existe.

6 E, assessorado pela experiência de Heráclito, buscamos mais, porque são 54. Atentai bem: o pior mesmo é esse desconhecido. Pergunto aqui quem sabe o nome dele nesse Brasil?

7 Atentai bem, por lá, Lula, passaram... Não vamos longe. Um erro. **Errare humanum est**, mas aquele telefonema foi o cão que entrou no espírito de V. Ex^a. Tirar Cristovam Buarque? Senador Alberto Silva, acabei de ler um artigo de S. Ex^a sobre a corrupção que está em todos os jornais, que vem de D. João III - eu tinha ouvido falar do D. João VI que veio para cá.

8 A história, a origem, tirar um homem da cultura de S. Ex^a foi coisa do cão, foi inspiração do cão. Não sei quem o inspirou, mas não foi coisa de Deus.

9 Darcy Ribeiro. Alberto Silva conviveu com ele: educador, moderno, universidade federal, as obras educacionais de Brizola, o melhor livro sobre o povo brasileiro. Gustavo Capanema, Ney Braga, Marco Maciel, Eduardo Portella - "não sou ministro, estou ministro". Ô, Lula, V. Ex^a está presidente. Jarbas Passarinho, penta ministro, Tarso Dutra, Rubem Ludwig - o companheiro Heráclito estava lá, chefe de gabinete. Lembro quando o nomearam. Nathan Portella, um reitor do Piauí, dessa tradicional família; Jorge Bornhausen; Paulo Renato, com quem trabalhei. Homem extraordinário - não é do meu Partido; é do PSDB. Tarso Genro. Ainda do Piauí tivemos o ex-senador Hugo Napoleão, meu adversário, mas que não permitiu nenhum dia de greve. Ainda mais: Clóvis Salgado Gama; Pedro Calmon;

Antônio Balbino; Pedro Aleixo; Luís Antônio da Gama e Silva; Gustavo Capanema; Francisco Luís da Silva Campos.

10 Senador Alberto Silva, 500 mil estudantes brasileiros vão entrar no quarto mês de greve das universidades!

11 Ô Lula, Franklin Delano Roosevelt deu um ensinamento: "toda pessoa que eu vejo é mais capaz do que eu". Franklin Delano Roosevelt foi quatro vezes Presidente dos Estados Unidos e, neste particular, procuro aprender com ele.

12 Ô Lula, Vossa Excelência trabalhou muito menos do que eu. Eu sei que foi um acidente. Sou generoso, sou médico cirurgião. Com poucos dias de trabalho, cortou o dedo e aposentou-se. Trabalhou muito pouco. Estudou também muito pouco. Mas eu me curvo e me rendo: Vossa Excelência, Presidente Lula, é PhD em greve. Ninguém entende mais de greve do que Vossa Excelência. Quantas Vossa Excelência fez? Mas quer dizer que só aprendeu a fazer, não aprendeu a acabar? O feitiço está virando contra o feiticeiro? Eu não admito isso.

13 Senador Alberto Silva, na sua coerência, diz -e eu respeito: muitas coisas boas teve o regime revolucionário.

14 Senador Heráclito Fortes, formei-me em Medicina em Fortaleza. Professor Cristovam, não tivemos nenhum dia de greve. Nós tivemos o Presidente Jânio Quadros, o Presidente João Goulart e, depois, a Ditadura. Eu tenho oito anos de estudos: seis de medicina, mais o mestrado e a pós-graduação em cirurgia geral. Senador Alberto Silva, fui um profissional feliz por isso, como V. Ex^a, que eu vi rendendo homenagem a Itajubá, que o formou cientificamente ímpar engenheiro elétrico, engenheiro de transportes ferroviários e engenheiro civil. Eu também, Senador Cristovam Buarque, não me lembro de nenhum dia de greve. Então, o que esperar dessa mocidade, com as universidades há quatro meses em greve?

15 Entendo que o Zé Dirceu caiu pela arrogância. Está na Bíblia, Senador Alberto Silva: Salomão, nos Provérbios, disse que a arrogância antecede a queda. Mas Lula é muito mais arrogante do que o Zé Dirceu. Pegar um telefone e demitir Cristovam Buarque foi arrogância. Atentai bem, tinha de conviver com ele! E dou um exemplo diante do Senador Alberto Silva, que nomeou Secretário de Educação o Prof. Wall Ferraz. Os horóscopos de Alberto Silva e do Wall Ferraz não eram iguais, mas Alberto Silva conviveu com ele porque era um instrumento da educação. Ô Lula, Vossa Excelência tinha de conviver com o Cristovam; afastar os pequenos pontos que os separavam em respeito ao maior patrimônio deste País, que é a mocidade estudiosa.

16 Senador Heráclito Fortes, Napoleão Bonaparte disse que a maior desgraça que pode existir são instantes perdidos na mocidade. Napoleão, o estadista, o militar vitorioso que fez a França grandiosa e que fez o primeiro Código Civil.

17 A nossa mocidade está, há quatro meses, esperando o fim da greve. Falo em causa própria mesmo, porque tenho uma filha que está passando o que eu nunca passei: uma greve de quatro meses. Quatro meses é metade do ano escolar porque há as férias, não é verdade? Como recuperar isso? Em risco estão os estudantes pobres.

18 V. Ex^a, Zé Dirceu, foi cassado por quê? Pela arrogância. Mas a arrogância de V. Ex^a é menor do que a arrogância do Presidente da República. Eu governei o Estado do Piauí e posso falar. Eu dirigi uma universidade criada por Alberto Silva e a ampliei. Não houve um dia de greve. Então, eu posso falar. Mas, V. Ex^a, José Dirceu, pela arrogância, impediu a revolução possível já em 2003, o programa do Senador Cristovam Buarque para a educação. V. Ex^a, Dirceu, com a sua arrogância, e o Presidente Lula, com arrogância ainda maior, engavetaram todos os projetos, todos os sonhos do Senador Cristovam Buarque.

19 Aqui estão os projetos, Sr. Presidente, Tião Viana. Se V. Ex^a me permitir, em respeito ao PT, que ainda é alguma esperança por causa de V. Ex^a e do Governador do Acre, lerei os projetos, mas se não permitir, por causa do tempo, vou apenas contar quantos sonhos, quantos projetos foram engavetados. V. Ex^a me permite ler todos? (Pausa.) Então, vou contá-los: foram quatorze propostas que ficaram na gaveta da Casa Civil da Presidência da República.

20 Estou aqui, porque os professores me procuraram, Senador Alberto Silva. Universidade em crise, UFS em greve. Eles ganham pouco mesmo. Senador Alberto Silva, se um brasileiro, depois de muito estudo - imagine a luta na sua Itajubá -, prestar concurso para professor da universidade federal... Senador Paulo Paim, V. Ex^a defende o salário mínimo, e os professores estão ganhando quase salário mínimo.

21 Se decidir, hoje, lecionar, por amor à Educação, como Platão, como Aristóteles, como Cristovam Buarque, como Alberto Silva, que ensinava Matemática lá em Parnaíba - eu também ensinei Biologia em cursinho, não pelo salário, mas para dar um caminho à mocidade -, o salário vai de R\$700,00 a R\$1.300,00. Então, esse negócio de o Ministro, incapaz, incompetente e desconhecido, não receber os professores... Quem tem de receber os professores, é Vossa Excelência, Lula. Que coisa feia não receber os professores nesse Palácio do Planalto, no Alvorada, na Granja do Torto! Quantos pilantras e picaretas Vossa Excelência já recebeu?! Receba os professores.

22 Concedo o aparte ao Senador Alberto Silva e depois a esse extraordinário Líder, Senador Paulo Paim. O salário dos professores é quase um salário mínimo.

23 Concedo um aparte ao Senador Alberto Silva, que eu vi ensinando o prefeito, engenheiro, à noite, lá no 1º Científico de nossa terra, para estimular a área da Educação.

24 **O Sr. Alberto Silva** (PMDB - PI) - Senador Mão Santa, não há dúvida de que o problema da Educação é um problema sério. E V. Ex^a clama, e com toda razão, que é necessário uma solução. Mas aproveito para dizer, já que V. Ex^a visitou a nossa escola e assistiu àquela cerimônia, que tive oportunidade de perguntar ao reitor de Itajubá: "Tem greve, aqui?" A que ele respondeu: "Aqui não". Veja, apenas a cooperação dos professores! Porque eles também - já que é uma universidade federal - não podem ganhar mais do que os outros; todos os professores estão ganhando pouco. Era preciso, realmente, que o Presidente olhasse que um dos melhores, e talvez o melhor investimento, que podia promover na Educação seria no ensino básico e nas escolas superiores, para que o Brasil tenha uma elite formada e não essa situação a que estamos assistindo de greve. V. Ex^a tem razão quando clama. Está na hora de o Presidente tomar a peito essa decisão e resolver o problema da greve. Nós estamos prontos para ajudá-lo aqui, se for necessário.

25 **O SR. MÃO SANTA** (PMDB - PI) - E V. Ex^a fala como Conselheiro da República deste País.

26 Concedo um aparte a esse extraordinário defensor do salário mínimo - e quero adverti-lo que o salário do professor está quase enquadrado no mínimo: R\$700,00 a R\$1.300,00, após concurso.

27 **O Sr. Paulo Paim** (Bloco/PT - RS) - Senador Mão Santa, cumprimento V. Ex^a. Todas as vezes que vem à tribuna, V. Ex^a faz críticas duras, firmes, demonstrando suas convicções. E V. Ex^a sabe que tenho um respeito enorme pelo trabalho que tem desenvolvido. V. Ex^a recebeu esta semana a medalha Ulysses Guimarães - pelo que cumprimento-o -, homenagem mais do que justa. Quero me somar a V. Ex^a na linha de abordagem sobre a greve dos professores universitários e técnicos. Felizmente, Senador Mão Santa, V. Ex^a foi à tribuna inúmeras vezes, cobrando que houvesse a reunião na busca do entendimento, entre o

Ministério da Educação, enfim o Executivo, e o Comando de Greve dos professores universitários. Fui à tribuna também algumas vezes e estabelecemos até um bom debate aqui no plenário. Mas a notícia que recebi é que houve ontem uma reunião e que se caminha para um grande entendimento e que a greve, inclusive, poderá terminar no dia de hoje. Acho importante que o Executivo ouça a voz das ruas, como diz V. Ex^a, mas a voz também aqui dentro do Senado, onde estamos, na verdade, interagindo na busca de soluções. O celular toca, devem estar confirmando essa notícia de que, provavelmente, a greve termine hoje - provavelmente. Espero eu, e sei que também é a vontade de V. Ex^a, mediante o atendimento das propostas básicas dos professores.

28 O SR. MÃO SANTA (PMDB - PI) - Sei as intenções do grande extraordinário Líder Paulo Paim.

29 O SR. PRESIDENTE (Tião Viana. Bloco/PT - AC) - Senador Mão Santa, apenas para lembrar a V. Ex^a que o Senador Edison Lobão foi de uma generosidade extraordinária ao ceder seu tempo a V. Ex^a e tem compromissos inadiáveis.

30 O SR. MÃO SANTA (PMDB - PI) - Mas quero lhe dizer que, neste instante, a minha voz é do Maranhão, o Estado cuja capital é conhecida como a Atenas brasileira, São Luís. Atenas foi a cidade onde surgiu a primeira faculdade, construída por Platão, para ensinar o que Sócrates sabia. Então estou falando em nome de S. Ex^a, que simboliza a cidade de amor à cultura.

31 Então, desse documento que passarei às mãos de Paulo Paim - Ô, Lula, receba pelo menos o Paulo Paim, o nosso Martin Luther King! O Paulo Paim é como Vossa Excelência, um operário que chegou aqui - e que recebi ontem da Andes, a associação dos grevistas, vou ler somente duas linhas. Entendo que o Lula é quem deve recebê-los. Ele é que é o pai, ele é que entende, é o PhD! Como não? O que tem de feio em receber os professores? Há tantos picaretas nesse Palácio do Planalto, no Alvorada e na Granja do Torto! Quer uma sugestão? Vende o aerolula e pronto! Solução simples. Feche quatro ministérios desses, cujo nome ninguém conhece e resolva.

32 Para encerrar, vou ler apenas duas linhas, com a aquiescência do extraordinário Senador Edison Lobão, nome maior da política do Maranhão: "A universidade pública é patrimônio inalienável de uma Nação que se pretende autônoma e desenvolvida. Sem professores estimulados e qualificados, o seu futuro estará sempre ameaçado".

33 É essa gente que quer um diálogo, não com o Ministro, que ninguém conhece, mas com o Chefe, ele é que tem de assumir o comando. E, Lula, eu sei que é difícil, mas quem ama, cuida. V. Ex^a amaria a universidade se a conhecesse.

34 As nossas últimas palavras são de Benjamin Franklin, que não se formou. Todos os americanos lêem esse livro, a autobiografia de Benjamin Franklin. Ele não se formou, começou a trabalhar com dez anos...

(Interrupção do som.)

35 O SR. MÃO SANTA (PMDB - PI) - E há a carta do George Washington elogiando-o pelo desenvolvimento da universidade.

36 E terminaria e vou terminar mesmo, Sr. Presidente Tião Viana. Sei que o telefone é importante, mas mais importante é V. Ex^a gravar esse final. Atentai bem: Thomas Jefferson. Senador Edison Lobão, comecei agradecendo a V. Ex^a, um extraordinário homem público. Thomas Jefferson, está lá, Senador Alberto Silva. Senador Cristovam Buarque, esse negócio de telefone não é bom para você; V. Ex^a não se dá bem com telefone.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

37 **O SR. MÃO SANTA** (PMDB - PI) - Atentai bem! No túmulo de Thomas Jefferson, ex-Presidente dos Estados Unidos - Alberto Silva, V. Ex^a esteve lá -, está escrito não que ele foi Presidente dos Estados Unidos, que assinou o Tratado da Independência,...

(Interrupção do som.)

38 **O SR. MÃO SANTA** (PMDB - PI) - ... mas: "Aqui jaz o pai da Universidade de Virgínia" - o Estado dele. Não disse que foi ex-Presidente da República.

39 Aprenda isso, nosso candidato Lula! - eu votei nele; posso estar arrependido, mas votei.

40 Essas são as minhas palavras.

ANEXO 2

Discurso proferido pelo Senador Antônio Carlos Magalhães, em 30 de janeiro de 2006, da tribuna do Senado Federal.²

1 Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, assomo a esta tribuna para, mais uma vez, reclamar do valor do salário mínimo que o Presidente da República vai enviar e sobre o qual vai fazer saudações, pela televisão, aos trabalhadores brasileiros.

2 É um salário indigno do trabalhador, e se CUT o aceitou, ela é um elemento mais contra o trabalhador do que a favor. O trabalho da CUT deveria ser como o meu aqui, como o do Senador Paim: nós que lutamos por um salário mínimo decente para o trabalhador brasileiro.

3 Eu mesmo lutei, desta feita, para que fosse fixado em R\$400,00, mas aceitaria R\$385,00. Mas o Governo, com a sua crueldade em relação àqueles menos favorecidos, fixou-o em R\$350,00, e ainda há quem venha a aplaudir isso!

4 O Presidente esquece o quanto ganhava! Ele não ganhava salário mínimo como torneiro mecânico. Nunca conseguiu ganhar o salário mínimo. E, quando ficou sem fazer nada, ganhava uma boa pensão, até mesmo do seu Partido. Conseqüentemente, o Presidente deve ser menos cruel com os trabalhadores brasileiros; deve partir de um piso maior, para diminuir as aflições, o sofrimento. Quando, neste País, existem carreiras e pessoas que ganham mais de R\$30 mil de salário, o que encontramos? O Presidente da República achando que R\$350,00 são, realmente, um salário mínimo notável, que nunca houve no País.

5 Ele, que prometeu que antes de acabar o seu Governo dobraria o salário mínimo, mais uma vez, engana a Nação brasileira. Mas não engana só com a palavra, engana com o dinheiro público que gasta em publicidade. Vai gastar, num semestre, R\$156 milhões em publicidade. Se ele quisesse melhorar o Programa Fome Zero, o Bolsa-Família ou qualquer outro programa, com esses R\$156 milhões a coisa seria bem diferente. Portanto, o Presidente não pode ficar insistindo em números falsos em relação ao nosso País.

6 Ainda hoje, ouvi um Senador falar nas universidades. No caso da Bahia, uma universidade foi imposta por nós, não por ele. Foi idéia do Senador Waldeck Ornélas, que o Deputado Walter Pinheiro realmente acatou. Lutamos e fizemos a Universidade do Recôncavo, que ele ameaçou, inclusive, com o veto. Agora, aparece como o homem que realizou mais uma universidade na Bahia. Nós temos quatro universidades pagas pelo Estado, enquanto ele deu mais universidades para aqueles Estados que já tinham nove, dez, doze, treze universidades, como é o caso de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul.

7 Ele não sabe, realmente, o que é equidade e não sabe o que é o ensino universitário, até porque tinha horror a esse ensino, tanto que não quis nunca cursar uma universidade ou mesmo o ensino fundamental. Desse modo, falta-lhe autoridade pessoal para discutir ensino. E, portanto, a maldade que ele faz aos professores é porque ele nunca teve professor, não gostava de estudar, mesmo depois que teve oportunidade, quando o Partido lhe pagava uma pensão boa. Nem estou falando de "valerioduto". Desse negócio de "valerioduto", eu realmente não falo. Ele é responsável pela negligência, mas não é beneficiário, eu acredito, do dinheiro do "valerioduto". Mas já é outra época da vida dele, o "valerioduto" chegou depois. Antes, ele tinha realmente horror ao ensino. Ele nunca pediu uma escola para o ABC, nunca pediu nada disso para os operários, mas vem gastar R\$156 milhões em publicidade para isso.

8 Não é assim que o Presidente vai enganar a população do nosso País! Nós já estamos bem adiantados. Se ele melhora um ou dois pontinhos numa pesquisa, ele faz disso uma coisa espetacular. Mas, em vez de dois pontos, ele vai cair dez pontos. Vai chegar esse momento! Ele não vai prejudicar as CPIs, não! Ele pensa que vai prejudicar as CPIs, mas tudo o que for importante na CPI vai sair, vai sair, porque não vamos deixar que isso ocorra.

9 Aqui estão o Senador Arthur Virgílio e o Líder do meu Partido, o Senador José Agripino. Nós estamos atentos a tudo, porque isso representa a verdade que veio à tona. Por causa da imprensa, nos meses de dezembro e de janeiro, atacando, muitas vezes desnecessariamente, o Congresso e seus Presidentes em razão da convocação - que não digo que foi feliz ou infeliz, mas a data foi infeliz, e todo dia se atacava o Congresso -, parecia que o Lula era o bonzinho e o Congresso era o anjo mal da República.

10 V. Ex^a, que é realmente trabalhadora, sabe disto: que nós, alguns, principalmente aqui no Senado, cumprimos nossos deveres em todas as horas e em todos os momentos.

11 Portanto, quero dizer que meu trabalho continuará intenso para demonstrar ao Presidente da República que ele é um mau Presidente, que ele não se tem saído à altura do que o povo esperava e que tem conseguido aumentar a política naquela parte amoral, para não dizer imoral, que é o "valerioduto" e coisas que tantas.

12 A moralidade atacou vários pontos, e o Senhor Presidente da República não responde por que seu filho recebeu R\$5 milhões da Telemar. Nenhum Líder trata desse assunto aqui, passa-se por cima, mas foram R\$5 milhões da Telemar que o filho do Presidente recebeu.

13 O Okamoto, agora, conseguiu impedir que se quebrasse seu sigilo bancário. Quem está acusado, no Governo ou aqui nesta Casa, deve ter obrigação de abrir seu sigilo! Nesse ponto, até quero dizer que o Senador, o Deputado, o homem público não pode ter sigilo telefônico, bancário, principalmente, e fiscal. Isso não pode ficar escondido. Agora mesmo, o Supremo impede que se quebre o sigilo bancário do Okamoto. Por quê? O Okamoto deveria ser o primeiro a entregar seu sigilo, para mostrar que é um homem de bem, que merece a confiança do Presidente porque é sério e não porque tem um sigilo que não pode ser visto pelos Srs. Senadores.

14 É isto o que venho pedir: não deixem desmoralizar o Congresso! Vamos todos trabalhar juntos por um relatório que represente a fidelidade das coisas sérias no País e não a imoralidade permanente que está havendo neste Governo!

15 Peço, Sr^a Presidente, que nos unamos nesses propósitos. Que se fique politicamente de uma maneira ou de outra, pouco importa! Mas vamos salvar a reputação do Congresso, votando as medidas provisórias e dando elementos para que as CPIs possam concluir seu trabalho.

16 Até mesmo quando queremos fazer uma justiça qualquer a um membro do Governo, somos repreendidos pelo Líder Aloizio Mercadante. Eu não gostaria jamais de ter outro debate como tive com o Senador Aloizio Mercadante, embora eu nunca fosse tão abraçado pelo povo paulista como fui nesse fim de semana. Eu não podia entrar em lugar algum, num *shopping*, nada, que o povo corria para fazer roda em torno de mim. Devo isso ao Senador Aloizio Mercadante, mas não quero tratar desse assunto, nem vou tratar mais. Quero que o Senador Aloizio Mercadante sinta que o povo quer que o Congresso legisle e que o Presidente governe, não deixe roubar e nem permita que os seus roubem. Chega! Chegamos a um ponto de saturação, Sr. Presidente, que não pode continuar, porque, continuando, evidentemente o Brasil vai quebrar. Muito obrigado.